

SOBIA
FERREIROS
BENICUI
POPGARO
CORUIRA
CANARU
TERRA

CLAUDIA
KAIZER
VIOLE

10:27 11:26
18:44 19:04
21:04 21:43

ÔNIBUS PIRATINI

VILA
SÃO PEDRO

FAVELA
PIRATINI

TODESQUINE

LINHA MARIA ANGELO

RUA WILSON LUXO

PERMANECIA DO PATRICK
BOSQUE TRABALHADOR

CIC + POPULOSA
DELIMITADA NA
DÉCADA DE 80

RAM RECORTA
A
MILHA RUA
CURSEI

OSS
U.3.3

STINDOSA

CIC
BOSQUE

FAPOL
do SABER
FREI MISE

ISBN 978-85-910719-1-3
Distribuição Gratuita

Mapa 01	Mapa 02	Mapa 03	Mapa 04	Mapa 05	Mapa 06	Mapa 07	Mapa 08	Mapa 09	Mapa 10	Mapa 11	Mapa 12
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

local do antigo Trabalhador Honesto
o mais alto padrão do Habitacional
Brasil. Gerando meio de obra
produtiva em múltiplos nacionais da CIC



Ficha Técnica

REALIZAÇÃO DO PROJETO, ORIENTAÇÃO DE RECARTOGRAFIAS, REGISTROS E DESIGN GRÁFICO

E/Ou

APOIO

O Artista na Universidade-UFPR, Arte em vídeo-UFPR, Fundação Cultural de Curitiba, URBS-SA, Epa!, Orquestra Organismo

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA MESA-REDONDA

Tânia Bloomfield

REVISÃO DE TEXTO

Maikon Kempinski

AGRADECIMENTOS

Paulino Viapiana (FCC), Marili Azim (FCC), Roberto Alves (FCC), Rubens de Camargo Penteadó (URBS), Luiz Celso Coelho da Silva (SMMA), Eliana (SMCS), Luiz Carlos dos Santos (UFPR), Maurício de Olinda (UFPR), Juliane Massaoka (UFPR), Dinho, Liversina, João (Panela), Jenipher, Vanusa, Antônio Carlos (Pequeno Espaço), Josefa Berbik, Adenival Gomes, Maria da Paz, Tânia Bloomfield, Antônio Bez, Cimples, Carlinhos, Pedro Soler, Ritinha, Manuela de Lorenzo (FUNARTE)

A produção audiovisual, gráfica e website de Recartógrafos foi realizada com softwares livres. Essa documentação está sob licença que permite a livre resignificação e republicação, desde que sem fins lucrativos e que seja citada a fonte.

Primeira Edição

Washington, Claudia.

Recartógrafos / Claudia Washington, Lúcio de Araújo, Newton Goto. - Curitiba, PR : Edição do autor, 2010.

60 p. : principalmente il. ; 21 x 30 cm.

ISBN 978-85-910719-1-3

Inclui bibliografia.

1. Arte brasileira – Curitiba (PR). 2. Artes e sociedade – Curitiba (PR). 3. Cultura popular - Curitiba(PR). I. Araújo, Lúcio de. II. Goto, Newton. III. Título.

CDD (22ª ed.)

700.981621

Dados internacionais de catalogação na publicação

Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Sumário

RECARTÓGRAFOS	<i>E/Ou</i>	04
CONTOS DESCARTOGRÁFICOS	<i>Goto</i>	06
LUGAR, REPRESENTAÇÃO E RESISTÊNCIA	<i>Lúcio</i>	19
SOBRE OS LIMITES TERRITORIAIS _ UMA HISTÓRIA POSSÍVEL	<i>Claudia</i>	23
ESQUEMA PARA DIALOGAR COM DESCARTÓGRAFOS	<i>Álvaro Luiz Heidrich</i>	33
SEU TRAÇADO (RECARTÓGRAFOS)	<i>Giordani Maia</i>	43
PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA GALERIAS SUBTERRÂNEAS E OS DESCARTÓGRAFOS: Intercâmbios entre Arte e Geografia, em Curitiba	<i>Tânia Bloomfield</i>	48

Imagens

Mapa Descartógrafos. <i>E/Ou</i>	<i>capa</i>
<i>Aterro da Caximba.</i>	18
<i>Horta Comunitária.</i>	19
<i>Encontro dos rios Belém e Iguaçu.</i>	22A
<i>Aterro da Caximba.</i>	22B
<i>Encontro do rios Barigui e Iguaçu.</i>	22C
<i>Visita à Petrobras.</i>	22D
<i>Ata de Fundação da Associação de Moradores da Vila Pequeno Espaço.</i>	26
<i>Mapa Pequeno Espaço. Ciane e Roberta. 1998</i>	27
<i>Mapa Pequeno Espaço. Jenipher e Vanusa. 2010</i>	28
<i>Mapa Relacional Pequeno Espaço. E/Ou e moradores. 2010</i>	29
<i>Mapa Pequeno Espaço. E/Ou. 2010</i>	30
<i>Seu Traçado. Giordani Maia. 2010</i>	42
<i>Esquema Descartográfico. Goto. 2010</i>	58

RECARTÓGRAFOS

E/Ou

O projeto *Recartógrafos*, empreendido pelo coletivo de artistas *E/Ou*¹, é uma ação ampliada e ao mesmo tempo focada na questão da cartografia artística e social. Ampliada porque se abre à interlocução e ao hibridismo com outros artistas e geógrafos convidados – inclusive procedentes de outras cidades brasileiras – e também porque se estende em incursões pelo território sul de Curitiba (Regional Pinheirinho) e municípios limítrofes (São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária), buscando diálogo junto às populações dessas áreas. Focada porque busca a convergência desses diferentes pontos de vista – de artistas, geógrafos e da população – sobre os temas cartografia, territorialidade e identidade. Um desejo de maior apropriação coletiva sobre o território urbano fundamenta o projeto.

Buscamos atuar em dois campos teórico-práticos: 1) aprofundamento e heterogeneização da prática cartográfica artístico-social junto à comunidade; 2) aprofundamento da troca de saberes com as áreas de Geografia Humana e Cartografia Social.

Enfatizando o sentido prático, o projeto oportunizou apoio à produção de dois trabalhos artísticos processuais e participativos: uma proposta do próprio *E/Ou*, denominada *Descartógrafos* (etapa *Recartógrafos*), e outra do artista convidado Giordani Maia, do Rio de Janeiro, intitulada *Seu traçado*. Os trabalhos foram desenvolvidos numa região de grande concentração populacional e propiciaram contato com um público amplo e heterogêneo.

Outra ação estruturante, com ênfase reflexiva, foi a realização de uma mesa-redonda com os citados artistas e dois convidados do projeto – o geógrafo Álvaro Luiz Heidrich (UFGRS) e a artista e geógrafa Tânia Bloomfield (UFPR), esta atuando como mediadora e co-organizadora desse encontro –, além de Marili Azim, coordenadora de artes visuais da Fundação Cultural de Curitiba, especialmente convidada para o debate. O encontro foi realizado no Departamento de Artes da UFPR. Duas palestras complementares ocorreram na casa *E/Ou / Espacial epa!*, uma de Giordani Maia e outra do artista catalão Pedro Soler, que estava em Curitiba para participar de uma reunião nacional (e

1. Atualmente o coletivo *E/Ou* é composto por Claudia Washington, Lúcio de Araújo e Newton Goto.

internacional) da comunidade ciberativista *Estúdio Livre*, encontro esse simultâneo ao nosso projeto e que também ocorria na citada casa. Como viemos a descobrir em conversas informais, Pedro também atuava (e atua) com cartografias artísticas e sociais. Surgiu aí uma excelente oportunidade de convergir as ações numa palestra e algumas derivas.

Recartógrafos é um projeto subsidiado pelo *Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais 2009*, pelo Ministério da Cultura e pela Fundação Athos Bulcão. Conta ainda com apoio da Fundação Cultural de Curitiba, da Urbanização de Curitiba S.A., da Universidade Federal do Paraná (projetos *O Artista na Universidade* e *Arte em Vídeo*) e dos coletivos de artistas *epa!* e *Orquestra Organismo*. A realização é do coletivo E/Ou.

A proposta *Recartógrafos* é um desdobramento do trabalho *Descartógrafos*, iniciado em 2008² pelo E/Ou e que gerou a confecção de dois grandes mapas inscritos nas paredes da galeria subterrânea do Terminal de Ônibus Pinheirinho, em Curitiba; cartografias essas abertas à participação do público, agregadoras de memórias, desejos e de outras referências individuais e coletivas associadas à vida da população da região sul da cidade.

A satisfatória experiência de envolvimento social e participação criativa oportunizada pela proposta *Descartógrafos* despertou nos integrantes do coletivo o desejo de propor novas estratégias de continuidade da ação; condição percebida como fundamental para manter ativado o vínculo com a população, o fluxo de trocas culturais, o exercício de tomada coletiva do território e para abrir novas perspectivas de encontro entre arte contemporânea e sociedade. Pode-se dizer que a coletividade se apropriou dos mapas descartográficos realizados, pois, da metade de 2008 ao começo de 2010, permaneceram colados nas paredes e ainda recebiam esporádicas intervenções dos transeuntes, sendo somente retirados devido a uma grande reforma no terminal empreendida pela empresa gerenciadora do espaço. Por isso percebemos o imenso potencial de desdobramento da nossa proposta, e decidimos ampliá-la e aprofundá-la enquanto perspectiva de arte urbana. E aqui está o projeto *Recartógrafos*. Neste catálogo apresentamos um memorial com algumas reflexões, registros e recartografias.

Curitiba, 29/06/2010

2. Naquele momento, em 2008, *Descartógrafos* foi uma das nove ações realizadas por artistas e coletivos de artistas brasileiros nas seis passagens subterrâneas existentes nos terminais de ônibus de Curitiba, ações essas ocorridas dentro do projeto *Galerias Subterrâneas*, subsidiado pelo Edital Conexão Artes Visuais/Funarte, pelo Ministério da Cultura e pela Petrobras, e coordenado pela entidade artística *epa!*. Participaram da primeira edição do projeto *Galerias Subterrâneas*: Alexandre Vogler (RJ), Coletivo Bjari (SP), coletivo E/Ou (PR), coletivo InterluxArteLivre (PR), Lourival Cuquinha (PE), Marssares (RJ) e Rubens Mano (SP). O coletivo E/Ou convidou ainda dois outros artistas: Cleverton Salvaro (PR) e Ana González (PR). *Descartógrafos* teve outra etapa de realização vinculada à segunda edição do projeto *Galerias Subterrâneas*, na 5ª Bienal Vento Sul, em 2009, em Curitiba. Nesse estágio – uma versão reduzida e simplificada do projeto *Galerias Subterrâneas* – a ação *Descartógrafos* foi bastante pontual, caracterizando-se pela incorporação digital ao mapa *Descartografia* das interferências participativas feitas pela população, e a reaplicação desse novo mapa-base no Terminal Pinheirinho.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 2010

MARÇO/ABRIL/MAIO:

- 25/03 a 19/04: Realização da proposta *Seu traçado*, de Giordani Maia.
- 25/03 a 17/05: Realização da proposta *Descartógrafos* (etapa *Recartógrafos*) do coletivo E/Ou.

ABRIL:

- 09/04: Instalação do trabalho *Seu traçado*, de Giordani Maia, na travessa subterrânea do Terminal de Ônibus Pinheirinho.
- 12 e 13/04: Visita de Álvaro Luiz Heidrich à região sul da cidade.
- 12/04: Bate-papo com Pedro Soler na casa *E/Ou / Espacial epa!*.
- 14/04: Mesa-redonda no Departamento de Artes da UFPR com os participantes do coletivo E/Ou (Claudia Washington, Lúcio de Araújo e Newton Goto), Giordani Maia, Álvaro Luiz Heidrich e Marili Azim, com mediação de Tânia Bloomfield.
- 16/04: Bate-papo com Giordani Maia na casa *E/Ou / Espacial epa!*

MAIO/JUNHO:

- 05/05: Instalação do mapa atualizado *Descartografia*, do coletivo E/Ou, na travessa subterrânea do Terminal de Ônibus Pinheirinho.

CONTOS DESCARTOGRÁFICOS

Goto

PONTES IMAGINÁRIAS

Descartógrafos é uma proposta de arte pública do coletivo E/Ou. Pensamos o território da cidade como uma geografia de construção coletiva. Reinventar mapas a partir da participação de moradores de regiões específicas tem sido nossa estratégia. Os territórios estão sujeitos a muitas formas de apropriação, uso e ressignificação, por isso se torna importante também apresentarmos o nosso olhar, esse olhar que percorre, capta, interpreta e interage com o que é visto e vivido. Um olhar de artista/antiartista/não-artista, de cada um de nós do E/Ou, e um olhar coletivo, do E/Ou. Entre as possibilidades do que possa ser arte hoje, afirmamos aqui alguns fundamentos da nossa prática: arte como linguagem e conteúdo; processo e experimentalismo; realização num campo expandido de acontecimentos, da cidade à internet; arte multimeios, de envolvimento social e crítica cultural, feita em diálogo com o lugar no qual se inscreve – do ambiente físico ao contexto histórico e político. Arte colaborativa e de autogestão de circuitos artísticos. Arte racional, afetiva, sensorial, intuitiva, relacional. Esse olhar carregamos conosco quando nos lançamos sobre um novo território.

Quanto aos mapas que propomos, buscamos registrar neles histórias de vida e relatos de diferentes formas de usar o espaço público,

valorizando as memórias, as observações e os desejos da população em relação ao território que habita. Nossas descartografias e recartografias são mapas afetivos, mentais, imaginários, psicogeográficos. A subjetividade coletiva é foco especial de nosso interesse, pois a padronização contemporânea dos valores por meio da comunicação de massa e da indústria cultural tem exterminado diversidades culturais e reduzido pessoas à condição de meros consumidores. Diferentes imaginários e modelos existenciais estão sendo suprimidos e queremos contribuir para a inversão desse processo. A subjetividade é também um campo de batalha. Comparadas às cartografias tradicionais, nossas descartografias abrem-se para características mais singulares da condição humana: em vez de estruturarem-se na representação objetiva de critérios oficiais, convenções preestabelecidas e interesses predominantemente focados em aspectos físicos, geopolíticos e econômicos sobre o território, nossos mapas lidam com outras referências de objetividade e subjetividade, tendo o repertório da população como base. Assim, passam a ser campos de registro cujo interesse prioritário funda-se em aspectos humanos relacionados à apropriação espontânea do território. São mapas participativos e em transformação, feitos a partir de convenções inventadas.

O nome *Descartógrafos* surgiu de uma confluência de reflexões sobre estar ou não mapeado (na arte e na vida). Inclusive sobre a possibilidade estratégica de não estar ou não querer ser mapeado, não ser enquadrado em certos conjuntos de critérios ou não querer estar associado aos patrocinadores de determinados mapeamentos. Também é uma autocrítica de o quanto Curitiba estaria ou não mapeada – ao olhar dos outros – como parte do território de produção de arte contemporânea; se sua história e seu contexto seriam conhecidos e articulados com pertinência em relação a outras cenas artísticas, nacionais e internacionais, com suas semelhanças e singularidades. E se isso realmente importaria, estar ou não mapeado pelo olhar estrangeiro, do outro. Não ser reconhecido pelo outro não significaria não existir, ser parte de um não lugar. Prioritário seria (e é) sentir, pensar e agir sobre o lugar onde se vive. Um “sertão desconhecido”, como se indicava nos mapas antigos, será sempre um local desconhecido a partir do ponto de vista de alguém, de um cartógrafo ou de quem o financia. Melhor então é fazer os próprios mapas,

escrever a própria história, construir a própria rede de trocas culturais entre os territórios.

Retornando à ponte entre os olhares e as ideias... Em meio a tantas conjecturas abstratas, havia (e há) um lugar muito especial próximo à *casa E/Ou*, a sete minutos de bicicleta: uma reserva florestal com uma cachoeira natural, dentro da área urbana residencial da cidade, um lugar amplo, belo e praticamente desconhecido pela população curitibana. A materialização do lugar descartografado. Nomeamos o lugar: *Cachoeira dos Descartógrafos*¹. Eis o mito de origem.

1. Na *Cachoeira dos Descartógrafos*, largamos à deriva o objeto relacional NBP – Novas Bases para a Personalidade, de Ricardo Basbaum, numa proposta de perda da rastreabilidade do objeto, desejando devolver a ele uma dimensão de mistério, como coisa não mais pré-decodificada em nome da arte. Foi uma ação conjunta dos coletivos E/Ou e Orquestra Organismo, em 2007.

Continuando as pontes: em 2008 o E/Ou foi convidado a participar do projeto *Galerias Subterrâneas*, numa proposta que instigava alguns artistas e coletivos de artistas brasileiros a intervirem nas travessas subterrâneas para pedestres existentes em seis terminais de ônibus de Curitiba. Considerou-se o forte histórico urbanístico da cidade, o fato de ela ser bastante mapeada oficialmente pela municipalidade e também a intensa presença dessa cartografia no espaço público (em pontos e terminais de ônibus, por exemplo); pensou-se ainda sobre a excessiva normatização do espaço coletivo e sobre como ele é pouco ocupado pelo comércio informal em comparação ao que ocorre em outras grandes cidades brasileiras, e também como há poucas manifestações artísticas de rua na cidade; juntando isso tudo à *mitologia descartográfica*, resolvemos desenvolver o projeto *Descartógrafos* no Terminal de Ônibus Pinheirinho. Naquele momento, foram pensadas duas estratégias: uma desconstrutiva (*Descartografia*) e outra construtiva (*Memórias de caminhos para casa*). Em *Descartografia* o público era convidado a apagar, recodificar e inserir informações no mapa oficial da região sul da cidade², mais especificamente o mapa do território de abrangência das linhas de ônibus vinculadas ao próprio terminal de ônibus. Em *Memórias de caminhos para casa*, sugeria-se aos participantes elaborar um desenho do trajeto que faziam do terminal até suas casas, nomeando esse percurso. Em ambos os casos, o procedimento foi o de inventar ou recriar mapas a partir de experiências, memórias e desejos da população. Os grandes mapas que colamos nas paredes da passagem subterrânea, como lambe-lambes cartográficos, transformaram-se eles mesmos em um lugar. De representações de um território passaram a ser um lugar próprio, espaço ressignificado, ambiente criado: lugar para encontro de pessoas, para troca de conhecimentos e conversas, para manifestação e participação.

2. Mapa do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - datado de 2008.

No atual projeto *Recartógrafos*, como artistas viajantes, incursionamos por alguns dos territórios demarcados pelo público na *Descartografia* e conhecemos também outros lugares dessa região sul da cidade e suas áreas de fronteira com outros municípios. As expedições geraram subsídios para novos mapas, como detalhes do *desmapa* precursor. Priorizamos ainda um aprofundamento relacional junto à vila *Pequeno Espaço*.

ROTEIRO DE INCURSÕES

1) Entre os lugares demarcados pelos participantes no mapa *Descartografia*, a princípio definimos o *Pequeno Espaço* e também o terreno baldio *Três Pinheiros* (território do coletivo de grafiteiros *Homens Invisíveis*) como dois dos lugares a serem conhecidos por nós (do E/Ou) em Curitiba:

2) Locais de ação de movimentos comunitários na região sul da cidade. Priorizamos a horta comunitária da *Associação de Hortas Comunitárias Moradias Paraná*.

3) Aterro Sanitário da Caximba.

4) Os municípios vizinhos São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária; proposta inicial de abrangência territorial que passou a ter seu percurso sintetizado num único roteiro margeando o Rio Iguaçu e parte de sua bacia hidrográfica, contornando Curitiba.

Entre 25/03 e 17/05/2010 empreendemos 19 incursões por essa região sul metropolitana, focados em objetivos específicos relacionados à proposta *Descartógrafos* (etapa *Recartógrafos*) do coletivo E/Ou. Para cada uma dessas incursões dedicamos um dia ou parte de um dia, abrangendo então 19 dias dedicados às viagens pelo território urbano. Dessas expedições, nove foram ao *Pequeno Espaço*, uma em busca dos *Homens Invisíveis*, duas à horta comunitária, duas ao Aterro da Caximba, duas à bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, duas ao Terminal de Ônibus Pinheirinho e uma à Fazenda Rio Grande.

O DESENCONTRO DOS DESCARTÓGRAFOS COM OS HOMENS INVISÍVEIS

Em 2008, durante os trabalhos descartográficos empreendidos no Terminal Pinheirinho, tivemos um encontro com Destro, membro dos coletivos de grafiteiros *Homens Invisíveis* e *Homens Sujos*. Ainda que as investidas de ambos os grupos há tempos abrangessem uma vasta área de Curitiba, a base de ação situava-se na zona oeste, no bairro Fazendinha, quase vizinho ao bairro Pinheirinho. Destro marcou no mapa *Descartografia* a localidade especial para eles naquele período, um terreno baldio denominado *Três Pinheiros*, em frente a um conjunto habitacional e beirando o trajeto da linha de ônibus *Ligeirinho Inter IV*. Uma demarcação aproximada. Junto ao desenho, elencou alguns ideários situacionistas fundamentais para ambos os grupos, conceitos que norteavam suas derivas, grafites e assinaturas pela cidade: *Zona Autônoma Temporária*, *Psicogeografia Anônima*, *Situacionismo Convencional*. Marcou também um breve memorial das ações realizadas: *TV crucificada*; *FURTS: assassinato a R\$ 1,90*; e *20 de Novembro: Consciência Negra*.

Desde então o coletivo E/Ou desejou visitar aquele lugar e seus interlocutores, para interagir com os *Homens Invisíveis* e *Homens Sujos*. Mas um movimento mais objetivo nosso nesse sentido só foi possível em 2010, na atual etapa de trabalho. Os contatos de e-mail e telefone de Destro em nossa agenda estavam defasados (os endereços pessoais mudam). Nova busca de conexão foi mediada por Cimples, artista e ativista do grafite em Curitiba, coarticulador de redes de intercâmbio com outras cidades, em suma, um conhecedor da cena grafiteira local. Contato restabelecido. Telefonamos. Destro relatou que a base de ações deles havia sido realocada, pois no terreno antes baldio construíam-se agora prédios residenciais (a cidade muda – e cresce). Entretanto, os *invisíveis* e *sujos* estavam recentemente experimentando outro local para reuniões e rituais, no mesmo bairro, um galpão abandonado, não muito longe do Terminal de Ônibus Fazendinha. Marcamos um encontro. E lá estivemos. Mas nada de Destro nem dos *Homens Invisíveis*. E lentamente foi se fazendo a compreensão de que talvez não mais os encontrássemos, pessoalmente ao menos, os *invisíveis* e *sujos*, novamente imersos e ocultados na multidão, deixando suas assinaturas e marcas existenciais pelas paredes e muros, seus vultos de presença, intencionalmente esquivos à rastreabilidade.

O nosso desencontro com os *Homens Invisíveis* já dizia muito.

OS HABITANTES DE UM LUGAR FORA DO MAPA

Quando Maria postou-se em frente à grande *Descartografia* colada na parede da travessa subterrânea do Terminal Pinheirinho, ela demorou quase uma hora para se certificar de que a vila onde vivia há mais de 18 anos não estava no mapa oficial de Curitiba. O lugar não estava lá, sumiu do mapa, um vazio ocupava o espaço. Constatado o fato, contestou-o e prontamente corrigiu a falta, demarcando o território. Adesivos circulares coloridos passaram a indicar as casas dos moradores. Dentro de alguns dos círculos, ela distribuiu letras para nomear o lugar, refundando-o simbolicamente: *Pequeno Espaço*.

Aquela realidade não reconhecida pela

3. Posteriormente, entramos em contato com outro mapa oficial do Município indicando somente as ocupações urbanas irregulares de Curitiba, uma cartografia de exceções, onde consta também o *Pequeno Espaço*, numa representação bastante sintética, contendo apenas seus cinco becos. Além disso, durante o processo de interlocução com a comunidade, viemos a saber dos mapas feitos à mão pelas agentes comunitárias de saúde, os quais também acessamos, e que até então eram as melhores e mais detalhadas representações sociais da vila, de uso exclusivo dos funcionários e agentes do posto de saúde da região. Em paralelo às representações cartográficas, há ainda as fotos aeroespaciais, como as disponibilizadas pelo Google Earth, as quais também utilizamos para cruzamento com as informações e desenhos que havíamos colhido junto às pessoas. Para além dessas referências cartográficas, sabemos existirem ainda mapas da rede de água instalada pela companhia de saneamento, e provavelmente deva existir também um mapa dos pontos de luz da companhia de energia elétrica, ambos de uso exclusivo das respectivas empresas.

cartografia municipal não significava uma desatualização ou displicência na coleta de dados por parte do departamento de urbanismo. Era um ato deliberado. A área estava, e assim continua, numa situação de exceção, numa condição de anormalidade administrativa³. Perdura um conflito político vinculado à ocupação daquele território, um impasse envolvendo o poder público, a propriedade privada e a necessidade popular por moradia. Por isso o lugar permanece fora do mapa. O *Pequeno Espaço* é uma ocupação irregular.

Quase dois anos se passaram desde a aparição sônica da vila em nossa proposta de trabalho. A poesia daquele gesto de demarcação e de denominação deu-nos uma rota prioritária a seguir. Queríamos saber mais sobre aquele lugar antes desconhecido, queríamos vivenciá-lo. E para lá fomos. De conversa em conversa no entorno da Vila Palmeiras, bairro Tatuquara, coletando informações e ajustando a busca, percebemos novamente a distância existente entre as representações cartográficas e a experiência direta sobre o território; o encaixe de geografias a ser feito entre as convenções e as realidades emanadas do próprio lugar. Ainda mais quando as referências a nos orientar eram convenções singulares, abertas a subjetividades, interpretativas, fora de escala. E, para completar o desencontro de informações, o próprio nome procurado não era reconhecido pelas pessoas com quem falávamos. Parecia perto, mas estava incerto. Começamos a cogitar que aquela nomenclatura havia sido estritamente um ato poético pessoal de Maria. Começamos a duvidar da existência do lugar. Começamos até a questionar nosso próprio procedimento de nos lançarmos assim, confiantes, sobre uma região que desconhecíamos, tendo como diretriz somente a recodificação demarcada num mapa por uma mulher com quem tivemos um único e breve contato, e da qual sabíamos apenas o primeiro nome, Maria. Na fiança da palavra, diria o povo. Na fiança da palavra e da imagem, complementaríamos. Mesmo assim, seguimos. Guiados pela mão distante de uma memória alheia, intuitivos, ao ritmo da tentativa e do erro, errantes. Se não encontrássemos o que queríamos, ao menos já seria uma deriva, uma experiência também de nosso interesse. A dúvida estendeu-se no tempo e no espaço, até chegarmos à esquina de um lugar: “É aqui mesmo, começa aqui, dessa viela em diante, são cinco becos à esquerda desta rua, daqui até o final daquelas casas, acaba lá, ó. Aqui é o *Pequeno Espaço*”. Foi assim, de repente, materializou-se a vila. “Falem com Dinho, o presidente da associação de moradores, aquele sentado na frente do bar...”.

Nossa ideia era fazer um mapa para o lugar fora do mapa, um mapa com envolvimento da população local. Se antes uma de nossas estratégias de trabalho havia sido empreender descartografias e recartografias a partir de um mapa oficial, o *Pequeno Espaço* instigou-nos a uma experiência inversa: cartografar um lugar descartografado. Ao longo de três meses fizemos nove incursões à vila. Primeiramente fomos ajudados pelas jovens moradoras Jhennifer e Vanusa, que desenharam para nós uma estrutura básica do lugar, os cinco becos, com suas casas e os nomes de seus moradores. Com esse mapa em mãos, fomos de casa em casa aprimorando as informações e coletando histórias. Desde quando lá estivemos pela primeira vez, evidenciou-se um fato agravante para a irregularidade daquela área de ocupação: a vila situa-se embaixo do cruzamento de duas linhas da rede de alta tensão da companhia estatal de energia elétrica Eletrosul. O *Pequeno Espaço* é uma ocupação irregular em área de risco.

O lugar fora do mapa foi manifestando sua complexidade, suas contradições,

as memórias de seus moradores, seus hábitos, dificuldades, expectativas, felicidades, medos. A vida começou a povoar o mapa. A ocupação iniciou há mais de duas décadas. A associação de moradores foi fundada há 12 anos. O bairro Tatuquara, onde a vila está situada, é hoje uma das regiões de maior crescimento demográfico (com uma das menores rendas per capita) e uma das mais violentas da cidade. O *Pequeno Espaço* é um microcosmo de grandes problemas sociais. E, sendo um lugar fora do mapa, está também mais propenso a ser um lugar sem lei. Um lugar sem lei a priori não haveria de ser ruim, poderia significar uma abertura para a realização de sonhos anarquistas da autogestão comunitária. Mas a prática e as estatísticas mostram que em casos similares o que impera é outra ordem: problemas com saneamento básico, criminalidade e violência. Com apoio mínimo do Estado e à deriva de sua própria ordem e desordem, o povoado segue seu dia a dia.

No início do ano 2000 a expansão da pequena vila sobre a área privada subutilizada de uma empresa passou a ser contida em sua retaguarda pela construção de um imenso muro. Descartografada dos mapas, comprimida à frente pela via pública, ao fundo pelo muro privado e no alto pela rede elétrica, assim está o *Pequeno Espaço*. A realocação total da população é o destino já traçado⁴. Porém, o futuro e a terra prometida continuam sem data e lugar de acontecimento. Ocupação consolidada, mas sentenciada a ser um acampamento transitório para uma população nômade.

Para muitos, a vila é isso mesmo: somente local de passagem, estado temporário, dormitório. E a alta rotatividade de moradores se faz perceber. Para outros, ela já se tornou território definitivo ou garantia de passaporte para algum loteamento habitacional regularizado. Para alguns, a chegada à vila é consequência da falta de melhores perspectivas. Para outros, é caminho para a realização do sonho de uma vida melhor. Um povoamento no interstício entre a distopia e a utopia. Paradoxalmente, a localização da ocupação tem também seus trunfos, pois está bem situada em relação a alguns serviços públicos e oportunidades: fica próxima de escola pública, creche e posto de saúde, sendo servida por linha de ônibus na rua em frente. Está perto também de uma grande central de distribuição de alimentos, o CEASA (Central de Abastecimento), empresa que garante emprego para metade dos trabalhadores da localidade e para muitos da região do entorno, principalmente como carregadores. E com carteira de trabalho assinada! Uma população diversificada, oriunda de diferentes fluxos migratórios. Há aqueles que migraram de dentro da própria cidade, para não precisar pagar aluguel para morar. E há uma grande maioria vinculada ao êxodo rural – paranaenses, catarinenses, pernambucanos, alagoanos etc. O expressivo contingente de alagoanos, tanto no *Pequeno Espaço* quanto nos bairros próximos, é também uma singularidade do lugar, pois é incomum encontrar grandes grupos de nordestinos nas ocupações urbanas de Curitiba. A oportunidade de casa própria e emprego garantido são os principais motivadores desse êxodo oriundo de terras tão longínquas. O *Pequeno Espaço* abarca essa grande diversidade de gente e suas tradições. Uma mistura cujo estado de harmonia oscila entre ser ou não ser realidade. Explorando sobre a esperança em um mundo melhor, sobre os êxodos populacionais e o convívio das diferenças, Antônio, um dos primeiros alagoanos a chegar, filosofa: “No giratório da terra a gente se encontra”.

E cadê Maria? Maria, de quem continuamos a não saber o sobrenome, se

4. Em conversa telefônica com Miriam Barbosa, responsável da Companhia de Habitação (COHAB) pela área de ocupações irregulares da Regional Pinheirinho (onde estão situados o bairro Tatuquara, a Vila Palmeiras e, dentro deles, a vila *Pequeno Espaço*), soubemos que o caso do *Pequeno Espaço* é bastante complexo, pois não é possível regularizar a situação de posse territorial nem habitacional dos moradores na própria localidade, visto tratar-se de uma área de risco, sob a rede elétrica, estando assim suscetível a acidentes graves e também a malefícios à saúde de seus habitantes. A solução requer o realocamento total da população. Mas a falta de uma área adequada para tal, preferencialmente próxima da atual – para tentar garantir os vínculos territoriais já criados pela população, como a proximidade ao lugar de trabalho e as relações de vizinhança –, e a necessidade de uma nova infraestrutura de educação, saúde, transporte, luz, água tratada, saneamento, lazer etc. tornam o realocamento de uma comunidade um desafio extra e oneroso. E essa realocação prescrita impõe ao povoado a condição de transitoriedade, acarretando ainda a ausência de uma planta cartográfica do lugar feita pela Companhia de Habitação. Fomos informados também que há outras ocupações irregulares cuja existência é ainda mais antiga do que os 20 anos do *Pequeno Espaço*, chegando até 40 anos. Outra

chama Maria das Dores, do Socorro, dos Prazeres, das Graças... Seria mesmo Maria? Aquela cujo ato poético nos levou a uma realidade tão política. Rumores dizem que ela se mudou para um bairro vizinho, onde há dois anos vive numa casa própria de um loteamento da Companhia de Habitação.

ROÇAS MIGRATÓRIAS

Desejávamos estabelecer uma série de incursões pelo sul da cidade, tendo como contexto de busca algumas experiências de movimentos comunitários. Queríamos colher relatos de experiências afirmativas sobre a construção coletiva do território, alimentarmos desse contexto e compartilhá-lo com outros públicos por meio de nossa *recartografia*, desejando que esses exemplos pudessem, quem sabe, reverberar no espaço urbano e estimular novas ações autogeridas, as quais consideramos fundamentais para uma sociedade melhor.

Como nosso envolvimento com a população da vila *Pequeno Espaço* já estava em curso e as perspectivas de trabalho apresentavam-se complexas, estipulamos que as outras incursões a serem feitas pelo território sul seriam menos aprofundadas, como prospecções iniciais, abertas para futuros desdobramentos.

Mesmo com esse perfil de ação em mente, para realizá-la precisaríamos de alguma orientação preliminar, pois conhecíamos muito pouco sobre as iniciativas comunitárias da área sul da cidade, na Regional Pinheirinho e adjacências. Por isso procuramos interlocução com pessoas envolvidas em movimentos populares em Curitiba, em encontros com Adenival Gomes, do Partido dos Trabalhadores, e Antônio Bez, do Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo (CEFURIA), importante entidade organizacional e de qualificação de diversos movimentos sociais na cidade, com destacada atuação na região sul inclusive.

Já tínhamos ouvido sobre as hortas comunitárias em áreas sob a rede de alta tensão da Eletrosul. E novamente essa experiência foi enfatizada nas conversas, surgindo a informação de que o movimento de ocupação produtiva daquelas terras seria a maior associação de hortas comunitárias urbanas do Brasil, com mais de 140 famílias envolvidas. Nosso contato com a *Associação de*

Hortas Comunitárias Moradias Paraná seria Josefa Bernacki. Outros movimentos comunitários foram elencados, como algumas associações de catadores de papel (carrinheiros), uma associação de padarias comunitárias e os movimentos de luta por moradia. Dentro dessa última perspectiva, foi-nos relatado o histórico da Associação *XAPINHAL* (agregando moradores dos bairros **Xaxim**, **Pinheirinho** e **Alto Boqueirão**), organização que havia criado uma situação territorial de autogestão popular sobreposta ao mapa e à administração oficiais da municipalidade, área dentro da qual se destacou a *Vila Xapinhal*, foco de resistência popular originado numa ocupação denominada *Ocupação Nossa Senhora da Luta*, em meados dos anos 80. Esse movimento alcançou importantes conquistas relacionadas a reivindicações por moradia e melhora de qualidade de vida. Ainda hoje há um núcleo habitacional remanescente daquela ocupação, denominado *Vila Nossa Luta*. Complementando a identificação de ações populares naquela região, elencou-se também a aldeia indígena urbana *Kakané Porã*, de guaranis e xetás, localizada no bairro Caximba.

Todas as perspectivas comunitárias citadas nos pareceram muito instigantes enquanto campo de investigação e troca, entretanto, frente aos limites de prazo e produção da atual etapa do trabalho, optamos por desenvolver algum contato inicial somente com a comunidade de horticultores.

E assim foi. Fizemos duas incursões às hortas comunitárias, tendo Josefa como nossa guia local.

Também lá a situação territorial envolvia uma proposta de ocupação coletiva de áreas situadas sob a rede elétrica de alta tensão, terrenos que em situação normal permanecem como campos limpos, para facilitar os serviços de manutenção e mesmo de restauro da rede em caso de acidentes. Há sete anos – desde março de 2003, como lembra Josefa – essas terras começaram a ser usadas para finalidades de horticultura pelos moradores da vila *Moradias Paraná*, no Tatuquara, principalmente pelos habitantes das quadras imediatamente contíguas ao terreno. Como a maioria das pessoas procedia do norte do Paraná e tinha hábitos rurais, “eram da roça”, natural foi o procedimento de potencializar aquela área vazia em locais de plantio, para reforçar e diversificar a alimentação familiar. Alguns passaram até a vender a produção excedente em

mercados da localidade, gerando uma complementação de renda no orçamento da família. A tradição cultural agrícola adquirida por aquela população em seus contextos rurais de origem havia migrado junto com cada pessoa, e encontrava no novo território sua condição de continuidade e de hibridização urbana. Rotas e roças migratórias. As áreas disponíveis em cada setor sob a rede passaram a ser partilhadas equitativamente entre as famílias interessadas em cultivar e vizinhas mais próximas a cada trecho, nas quadras que margeiam a área da rede. Hoje são dois quilômetros de hortas onde se cultivam produtos orgânicos, com 60 variedades ao longo do ano⁵.

Surpreendentemente, onde pensávamos encontrar somente relatos positivos sobre uma apropriação coletiva do espaço – e até então assim estava sendo – começaram a surgir questões que evidenciavam alguns reveses sofridos pela comunidade. A recente *Associação de Hortas Comunitárias Moradias Paraná* (fundada em 2007) constituiu-se fazendo uso da mesma sede comunitária da *Associação de Moradores Moradias Paraná*, atuante desde 1995. Entretanto, a associação de moradores estava inadimplente com a Receita Federal, devido a uma declaração de imposto de renda incorreta. A pequena dívida gerou problemas crescentes: o bloqueio do CNPJ da associação de moradores⁶ e respectiva interdição da sua sede, posteriormente. E, fechada, a ampla casa que abrigava ambas as sedes entrou em processo de deterioração e depredação. No embalo dos problemas sofridos pela associação de moradores, a recente *Associação de Hortas Comunitárias*, por ter ficado também sem sede, também teve seu CNPJ bloqueado. Mesmo sem dívidas, isso repercutiu numa perda de autonomia, principalmente na articulação de parcerias para financiamentos e para a realização de cursos de qualificação. E, para piorar, na última eleição para a diretoria da associação de horticultores, em 2009, a pessoa designada por uma federação de associações de moradores para secretariar o processo eleitoral, após concluído o pleito, resolveu sumir com os documentos da eleição. Assim, por ora, a associação está oficialmente desarticulada e com dificuldades para regularizar sua situação. De uma condição de autonomia crescente antes vivida, agora os horticultores locais estão quase exclusivamente dependentes da ajuda da prefeitura e vulneráveis a uma relação de diálogo político bem mais tradicional.

Se no âmbito legal a associação está com problemas, na prática o movimento persiste, a tradição tem se sobreposto às adversidades. As famílias permanecem plantando, sob o lema dos horticultores locais: “saúde, terapia e economia”. O crepúsculo continua sendo vivido como um momento de encontro entre as pessoas, para mexer na terra, regar as plantas e cuidar da horta, numa paisagem urbana e rural, cujo horizonte não nega o paradoxo da dimensão industrial daquele território ampliado, iluminado por um belo pôr de sol, entre nuvens e nuvens de fumaça.

ANTES DA TORNEIRA E DEPOIS DO RALO, UMA BACIA HIDROGRÁFICA EMBAIXO DO TAPETE

Famosas são as Cataratas do Iguaçu. Já sua nascente recebe tratamento bem mais inglório. A jusante as coisas estão bem, enquanto a montante nem tanto. No longo percurso pela região sul do estado do Paraná, de leste a oeste, de Curitiba à Foz do Iguaçu, o Rio Iguaçu, que já nasce poluído, vai recuperando a qualidade de sua água, oxigenando-se.

para saber algo mais sobre a vila *Pequeno Espaço* foi Maria da Paz, da *União das Mulheres Líderes Comunitárias* de Curitiba, há 32 anos atuando no movimento comunitário, como ela mesma diz.

5. Segundo Josefa, entre alguns dos produtos cultivados estão: alface-verde-lisa, alface-crespa, alface-roxa-lisa, alface-roxa-crespa, alface-americana, alface-repicada, rabanete, beterraba, salsinha, cebolinha, coentro, manjeriço, orégano, couve-manteiga, couve-americana, couve-rábano, couve-flor, repolho-roxo, repolho-verde, brócolis, quiabo, berinjela, jiló, cenoura, vagem, ervilha, cará, chuchu, cebola-de-cabeça, alho, almeirão-espada, almeirão-pão-de-açúcar, almeirão-roxo, rúcula, agrião, espinafre, azedinha, nabo-roxo, nabo-branco, abobrinha (duas qualidades), abóbora, acelga, aipim, batata-doce, amendoim, caxi, pepino, maxixe, moranguinho, gengibre, tomate-cereja, tomate-japonês, feijão, milho, além de ervas medicinais, chás e temperos.

6. CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

É bastante complexa a constituição socioambiental do território fronteiriço do sul de Curitiba com os municípios de São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária. Há trechos de intensa e crescente ocupação populacional, grandes ambientes naturais preservados, conjuntos de pequenos lagos artificiais (cavas) resultantes da exploração de areia e argila, muitas chácaras e indústrias. Em meio a esse contexto, numa fundamental condição de desenho e integração da geografia física e até mesmo de convenção dos limites entre os municípios, está a Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, em seu trecho inicial denominado Alto Iguaçu. Esse território de divisa, que compreende as áreas de várzea do Rio Iguaçu e de seu canal extravasor, foi sendo demarcado a partir de 1976 como uma reserva preservacionista metropolitana, um parque linear denominado *Parque Regional do Iguaçu*, inscrito posteriormente numa área de proteção ambiental de proporções e finalidades bem mais amplas, a *APA do Iguaçu*⁷. Mesmo com toda a dimensão simbólica do lugar, associada a aspectos geográficos, históricos e sociais, a região e sua condição de reserva natural ainda são bastante desconhecidas da maioria da população curitibana e metropolitana.

7. O *Parque Regional do Iguaçu* começou a ser implantado em 1976 e foi criado com os objetivos de “evitar a ocupação de uma área imprópria à habitação, evitar a cornubação de Curitiba com São José dos Pinhais, amenizar o impacto das enchentes, preservar as nascentes do Rio Iguaçu, criar uma opção de lazer de porte metropolitano, preservar a vegetação nativa e aumentar os índices de área verde no município” (...) “Na elaboração do projeto, o Parque Iguaçu foi dividido em sete setores: esportivo, náutico, pesqueiro, zoológico, santuário ecológico, pomares públicos e bosques naturais, sendo que a parte norte ficou destinada para o setor esportivo e a sul foi transformada numa grande reserva biológica” (Fonte: ANDRADE, R.V. *O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Geografia, Setor de Ciências da Terra, UFPR, 2001. (p. 53 e p. 51)). “O Canal Extravasor foi implantado em 1995 para conter cheias e enchentes e para criar uma barreira física para delimitar os espaços e o armazenamento de águas. Hoje o Canal é uma barreira física e ambiental para a expansão das ocupações urbanas em direção ao Rio Iguaçu” (Fonte: website da Prefeitura de Curitiba, em notícia de 05/08/2009: *Ministro dos Transportes autoriza projeto do Plano Diretor Multimodal de Curitiba*). A *APA do Iguaçu* foi implantada em 2004, por lei Federal nº 4.552, e abrange toda a extensão das margens e áreas de várzea do Rio Iguaçu, de suas nascentes na região metropolitana de Curitiba até o início do Parque Nacional do Iguaçu, em Capanema-PR.

8. Em 2008, o trecho metropolitano do Rio Iguaçu foi considerado o segundo rio mais poluído do Brasil, depois do Tietê, em São

Os mananciais localizados nos municípios vizinhos, a leste e oeste de Curitiba, abastecem toda a região com água limpa. Entretanto, uma grande quantidade de esgoto domiciliar, e também industrial, é devolvida à mesma bacia hidrográfica através de outros rios, os quais convergem para o Rio Iguaçu, ao sul, em meio ao Parque Regional. O Iguaçu, em seu trecho metropolitano, é considerado um dos rios mais poluídos do Brasil⁸.

Projetos urbanísticos e sanitaristas, ao longo da história da cidade, tentaram preservar os fundos de vale, minimizar a poluição despejada nos rios, restringir a ocupação irregular de suas margens e controlar as enchentes, tendo como uma das estratégias para alcançar esses objetivos a criação de uma rede de lagos, parques e bosques junto a trechos de alguns dos importantes rios da cidade, como o Belém, o Barigui e o Iguaçu⁹. Bons resultados ocorreram principalmente no controle das enchentes. As áreas verdes criadas foram pensadas também como áreas de preservação de mata nativa e estruturas de lazer para a população, incidindo na melhora da qualidade de vida. Porém, esses empreendimentos mostraram-se ainda insuficientes para solucionar os demais desafios, principalmente em relação à ocupação irregular das margens dos rios e à poluição das águas¹⁰. É sabido que esse fracasso em promover a adequada ocupação territorial e a preservação dos rios não é uma exclusividade de Curitiba, mas sim um problema mundial, comum entre os países “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento”, não faltando exemplos muito piores associados à história de outros núcleos urbanos, como se isso tudo fosse consequência “normal” dos processos desorganizados de instalação e crescimento das cidades do “homem branco ocidental”. Uma alienação cultural sobre a importância de melhores tratamentos com as águas e os rios, um desrespeito já imbricado nos costumes, uma tradição. Como exemplo da subestimação dessa questão – ou de como ela há muito tempo é resolvida somente no improviso, como remediação ou uma escolha menos ruim entre alternativas possíveis –, lembremos da primeira visita de uma autoridade colonial à Vila de Curitiba, em 1720, o ouvidor-geral para as Capitanias do Sul, o português Rafael Pires Pardini, ou Ouvidor Pardini, que, visando ao melhor desenvolvimento da comunidade, estabeleceu diversas medidas administrativas em nome da Coroa Portuguesa; assuntos de ordem legislativa, tributária, moral, religiosa, de planejamento urbano e... saneamento básico: “Também decidiu que a população

passaria a utilizar as águas do Rio Ivo para beber e que o Rio Belém receberia as 'águas servidas', ou seja, esgoto"¹¹. Quase três séculos depois, nem é preciso dizer o quanto o Belém é um dos mais mortos entre os principais rios mortos da cidade, inclusive o próprio Ivo, seu tributário.

Com a importância do lugar evidenciada, o Rio Iguaçu foi escolhido como base de roteiro para a prospecção de dados para os *descartógrafos* nessa região limítrofe do sul de Curitiba. Definimos alguns pontos e áreas a serem vivenciados numa incursão margeando o rio: 1) local de confluência do Rio Belém com o Iguaçu, na divisa com São José dos Pinhais, e área do entorno, a partir do ponto de vista de São José dos Pinhais; 2) área frontal ao Aterro Sanitário da Caximba a partir do ponto de vista de Fazenda Rio Grande, nos banhados da Estação de Tratamento de Esgotos da Sanepar em Fazenda Rio Grande (Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná); 3) vertedouro dos efluentes tratados da Refinaria da Petrobras no Rio Barigui (Refinaria Getúlio Vargas), e área do entorno, na divisa de Araucária com Curitiba; 4) local de confluência do Rio Barigui com o Iguaçu, na tríplice fronteira entre Araucária, Fazenda Rio Grande e Curitiba, a partir do ponto de vista de Curitiba.

Já conhecíamos um pouco da região. Desejávamos uma imersão mais aprofundada e ampla naquele espaço. Procuraríamos nos distanciar das vias principais de trânsito e das áreas preparadas para receber visitantes. Seria uma jornada por um território mais selvagem, cujas metas, a partir de determinados pontos, poderiam ser somente alcançadas a pé e por trilhas. Queríamos também ver os resíduos da cidade em alguns dos lugares que sabíamos ser os concentradores de lixo e poluição, ter alguma dimensão experiencial e panorâmica sobre esse impacto ambiental, ver a partir de outros critérios perceptivos a mesma paisagem: o encontro de rios de esgoto, as montanhas de lixo, as nuvens de fumaça. Ver os excrementos de Curitiba serem defecados displicentemente para baixo de seu próprio tapete.

Nossa proposta foi simplesmente ver. Ver esse recalçado contexto de dimensões territoriais.

Fomos, vimos, experienciamos, registramos, refletimos.

Paisagem de contradições. Mirante para interpretações. Território de possibilidades.

SERRA DO LIXO

450 caminhões despejam diariamente 2.400 toneladas de lixo no Aterro Sanitário da Caximba, ao extremo sul de Curitiba. Os detritos coletados em toda a região metropolitana acumulam-se em camadas e fazem emergir duas montanhas. Orogênese contemporânea artificial, megassambauis da sociedade urbana, templos piramidais ao deus lixo. Geografia física, os relevos são denominados de Maciço 1 e Maciço 2. Vistos de longe, suas formas mimetizam-se com a silhueta da colina natural. E de seus topos tem-se bonitas vistas panorâmicas – o Rio Iguaçu e seus entornos de áreas verdes, a Serra do Mar no horizonte. Basta esquecer o olfato. Esquecer que o rio está morto. Basta esquecer da constituição do solo onde se pisa. Esquecer do consumismo inconsequente e

Paulo. Ver matéria publicada em 04/06/2008 no jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, no Caderno Vida e Cidadania: Rio Iguaçu é o segundo mais poluído em grandes cidades brasileiras.

9. O primeiro parque implantado na cidade foi o *Passeio Público*, em 1885. Depois dele, somente nos anos 40 outros começaram a ser previstos em projetos urbanísticos, com o *Plano Agache*. Como política pública, os parques e bosques passaram outra vez a ser implantados efetivamente apenas nos anos 70, com o *Plano Serete*. (Fonte: ANDRADE, R.V. *Ibidem* (p. 34 a p. 37)). Dessa mesma pesquisa surgem alguns esclarecimentos: "Pode-se afirmar, portanto, que os parques surgiram da necessidade de criar mecanismos reguladores das enchentes e da preservação do seu entorno, ou seja, a ideia de implantação de lagos antecedeu a ideia de criação de parques" (p. 47). Outra fonte consultada é a pesquisa *Situações de risco como definidoras de inflexões no planejamento e na gestão urbana: um estudo em Curitiba*, de Iuri Fukuda Hayakawa e Clovis Ultramar, trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG: 2008.

10. Os altos índices de poluição da água e do ar, assim como a má distribuição dos bosques e parques na cidade (concentrados ao norte e escassos no sul), são alguns dados objetivos que desmistificam o *slogan* de Curitiba como *Capital Ecológica*, propaganda política do município amplamente divulgada na mídia nos anos 90. Esse excesso de exposição midiática num certo sentido surtiu efeito até contrário ao desejado, pois ajudou a atrair grande contingente migratório para a cidade, população extra para a qual o próprio urbanismo e as políticas habitacionais não estavam preparados para absorver, implicando num grande aumento de ocupações irregulares, inclusive em áreas à margem de rios, piorando a situação do saneamento urbano.

11. O povoamento da região de Curitiba havia iniciado cerca de 80 anos antes da vinda do Ouvidor Pardinho, por volta de 1660, ainda que a data oficial de fundação de Curitiba seja 1693 (com o nome de Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais). Ver informações relativas à estada do Ouvidor em Curitiba em: *Museu vivo: guia ilustrado da história*

do Paraná (CORRÊA, Maria Celeste (Org). Curitiba: Zig Fotografias, 2007 (p. 63)); e *Imagens da evolução de Curitiba*, Otávio Duarte e Luiz Antônio Guinski, Lei Municipal de Incentivo à Cultura, 2003 (p. 18). Relativizando um pouco sobre o impacto ambiental das decisões administrativas implantadas nos primórdios da cidade, como no caso da medida paliativa de Ouvidor Pardinho em relação aos rios, recorda-se aqui a ideia de *Cinturão Verde* ao redor da cidade, com chácaras e hortas, cujo início de implementação reporta à metade do século XIX, quando da elevação de Curitiba à capital do recém-fundado estado do Paraná, em 1853. O governo provincial, seguindo a orientação assumida por D. Pedro II, e visando suprir a demanda de produtos alimentícios básicos, criou uma política imigratória que estimulou a criação de colônias agrícolas das mais variadas origens étnicas ao redor da cidade. É desse período a enunciação das primeiras preocupações com a organização do espaço urbano e o controle do uso do solo, com o Plano Taubois, de 1855 (Fonte: ANDRADE, R.V. *Ibidem* (p. 33)).

12. Em *A República*, de Platão (Livro X; 595a-608b). Obra escrita entre 380 e 370 a.C. Para leituras complementares sobre essa "expulsão dos artistas da cidade" ver: NATRIELLI, Adriana. *A crítica do discurso poético na república de Platão* (Boletim do CPA, Campinas, nº 15, jan./jun. 2003), e SOUZA, T. M. *O mito de Er: Sartre e o platonismo às avessas?* (Cadernos de Ética e Filosofia Política 8, USP, 1/2006, p. 107-118).

crecente, esquecer do destino dos resíduos. Esquecer de qualquer destino e embriagar-se da estética visual.

EXPULSOS DA CIDADE, OS ARTISTAS NUNCA FORAM EMBORA

Os artistas foram expulsos da cidade ideal pensada por Platão porque a arte que faziam era mimética, restrita às aparências das coisas e não às suas verdades. Para ele, essa arte era desprovida de existência real, pois quem imita não possui nem ciência nem opinião verdadeira. Assim, a arte não produzia conhecimento e se dirigia à parte irracional da alma, às paixões. E isso seria prejudicial à cidade e aos cidadãos, pois somente guiados pela razão seria possível atingir a justiça e a felicidade¹².

"No giratório da terra a gente se encontra". E foram muitas voltas desde então (365 rotações x 23,8 séculos). O mundo mudou. E o mundo das ideias platônicas foi muitas vezes confrontado com outras realidades filosóficas, menos idealistas e mais empiristas. Novas noções de moral e verdade foram inventadas, outras filosofias, outras artes. Arte hoje é também pensamento. O inconsciente, as sensações, a paixão e o afeto continuam sendo fontes propulsoras do trabalho artístico e da sociedade. Ilógico seria querer considerar somente o racionalismo como fundamento da vida contemporânea.

Os artistas ficaram na cidade. O que deixou de fazer sentido foi o julgamento e a sentença de sua expulsão. No decorrer do tempo, a produção artística construiu-se culturalmente como uma realidade própria, autoconsciência sobre a representação do real, sobre a negação da representação, como autonomia do fazer e do pensamento – autonomia de linguagem. Desde o Renascimento, quando da invenção da perspectiva, ou com as transdisciplinares experiências científicas e artísticas de Leonardo da Vinci, entre outras obras e autores. Platão, Aristóteles e demais filósofos da Antiguidade Clássica foram até apropriados como tema de investigação da pintura na obra *A Escola de Atenas*, de Rafael Sanzio (há uma história da pintura e da arte a ser desdobrada aqui, mas este parêntese é apenas um abstrato índice para esse amplo percurso associado à autonomia da arte, cujo século XX demarca um período de grande abertura de possibilidades, dos movimentos artísticos do Modernismo à proliferação das linguagens nas artes experimentais a partir dos anos 60). Apaixonadamente e/ou racionalmente, o fazer artístico foi afastando-se da atitude do mimetismo e passou a incursionar pelas realidades do mundo como situação relacional criativa, como campo expandido de atuação e até como potencialidade deflagradora de novas perspectivas de realidade. A própria relativização do discurso de autonomia da arte tornou-se uma questão.

Mesmo a mimese passou a ser concebida como campo de reflexão, mimese como pensamento: *Cadeira de Gauguin* e *A cadeira de Van Gogh com cachimbo*, de Vincent van Gogh; *Isto não é um cachimbo*, de René Magritte; as ilusões de ótica de Maurits Cornelis Escher; *Três cadeiras*, de Joseph Kosuth; *Cowboy com cigarro* de Hans Haacke; *Ku Kka Ka Kka*, de Cildo Meireles; *Vazadores*, de Rubens Mano... Contextos muito diferentes entre si, vinculados a investigações sobre a linguagem, sobre a imanência dos objetos, sobre a ilusão de ótica, sobre os sentidos corpóreos, sobre a política e a política cultural, sobre a arquitetura como subversão da ordem, sobre a crítica à arte e à filosofia. Torna-se pertinente

aqui comentar complementarmente a citada obra de Kosuth (composta pelo objeto cadeira, a definição de cadeira e a fotografia da cadeira): a arte conceitual¹³ questionando também o status de “documento de realidade” da fotografia, numa argumentação “similar” àquela feita por Platão, que usou o exemplo de três camas para discorrer sobre a mimese da pintura. Insinua-se aqui ainda outros campos contemporâneos de reflexão cultural sobre a mimese, como a virtualidade, a camuflagem e o simulacro, questões de interesse para diversas áreas do conhecimento.

O avesso da mimese, da representação à coisa em si, à apresentação. A autonomia da linguagem chegou também a seus excessos, como se arte fosse um produto independente do mundo cultural. A arte moderna, ao final das contas, buscou enquadrar as linguagens artísticas em suas exclusivas especificidades de recursos expressivos: “As qualidades puramente plásticas ou abstratas da obra de arte são as únicas que contam”¹⁴. A *Escola de Nova York* e o *Minimalismo* exacerbaram ainda mais essa tendência da autonomia estética, enquanto os museus e as galerias de arte consolidaram-se socialmente como os locais privilegiados para o acontecimento artístico. Linguagens específicas e espaços de exibição específicos. Essas assertivas modernistas ainda repercutem na contemporaneidade, tanto no senso comum da população quanto no discernimento dos dirigentes que decidem sobre os investimentos públicos e privados no setor artístico cultural. Se condicionada estritamente a seus espaços específicos de exibição, a arte também estaria sendo subtraída da cidade como possibilidade de diálogo social. E se isso não é sua expulsão da cidade, como desejava Platão, é ao menos uma reclusão a espaços idealizados, protegidos, pretensamente neutros, *cubos brancos*. Há um neoplatonismo nisso. E uma certa anestesia injetada no trabalho artístico, o qual estaria sob controle, represado de eventuais irracionalidades apaixonadas e outras dimensões de distúrbio social que pudesse causar na cidade. Seria essa uma subliminar conspiração platônica articulada através dos séculos para conceber o retorno da arte e dos artistas à cidade? Como se afirmasse que a permanência da arte na cidade hoje é possível por ela ter se tornado um fazer inofensivo, um coadjuvante da manutenção da ordem... Em outro sentido, estar num espaço artístico instituído não garante que esse produto seja realmente arte simplesmente por nele estar. Se somente isso bastasse, o fato também seria uma espécie de mimese: é arte porque parece com arte (já feita) e porque está num lugar legitimado para exibir arte, lugar que parece “o” lugar da arte. Duchamp já sabia disso quando enviou seu urinol para o espaço expositivo. A lógica serve também para o espaço urbano como lugar para arte: estar na rua não garante de antemão que o trabalho feito seja arte urbana. Também aqui a tradição histórica de arte em espaço público pode servir de armadilha de mimese. É preciso agora realocar o urinol de Duchamp na rua e instalá-lo no poste.

Expulsão e reclusão são formas de cerceamento. Não se nega aqui o espaço expositivo específico para a manifestação da arte, entretanto questiona-se seu privilégio ou exclusividade enquanto aparelho cultural. Pensamos a cidade; então nos interessa conceber o espaço público como lugar de livre trânsito das pessoas, como espaço de liberdade para o pensamento, para a manifestação, para a experiência sobre o território, para a construção coletiva do ambiente social, como geografia para autocrítica cultural e para o devaneio dos sentidos. Dialogar com os contextos específicos e limites críticos¹⁵ de cada um desses espaços, o museu e a rua, o dentro e o fora. Concebemos uma arte na cidade como potência

13. KOSUTH, J. *Arte depois da filosofia*. Rio de Janeiro: Revista Malasartes, nº 1, 1975.

14. GREENBERG, C. Rumo a um mais novo Laocoonte. In: *Clement Greenberg e o debate crítico*. Org. Glória Ferreira e Cecília Cotrim. Rio de Janeiro: Funarte/Jorge Zahar, 1987 (p. 55).

15. BUREN, D. Limites críticos. In: *Daniel Buren: textos e*

de afirmação da vida em muitos sentidos, não somente a racionalidade. Pensamos que ela está na urbe como prática de resistência cultural em nome da liberdade, e não porque tenha se conformado a uma condição inofensiva. Queremos que a arte na cidade seja um perigo e uma subversão ao controle totalitário – seja ele do Estado, da igreja ou do mercado. Se há ainda alguma arte que valha a pena é essa feita em nome da vida, e não a que se faz como cúmplice de uma sobrevivência conformista.

Arte e pensamento. A cidade como lugar da arte. Não se trata de dispor o cavalete à margem do rio e denunciar por meio da pintura mimética a poluição das águas e os sacos plásticos enroscados nos galhos à margem do rio – representados em rápidas pinceladas brancas como uma revoada de garças. Não se trata tampouco de dispor pelos logradouros públicos da cidade objetos tridimensionais de linguagem pura, feitos previamente como esculturas autônomas. Ambos os casos seriam somente geração de mais lixo, e melhor seria recolher essas obras e empilhá-las num monte, quem sabe num imaginário Maciço 3 do Aterro da Caximba, iconizando a desenfreada produção de bens supérfluos na atualidade¹⁶.

16. O exemplo aqui é uma analogia a uma citação de Guy Debord em seu texto *Introdução a uma crítica da geografia urbana*: "Assim Marên, no último número desta revista, propunha que se juntassem ao acaso, quando os recursos mundiais deixarem de ser esbanjados nas obras irracionais que hoje nos são impingidas, todas as estátuas equestres de todas as cidades numa única planície deserta. Isso ofereceria aos visitantes – o futuro a eles pertence – o espetáculo de uma investida sintética de cavalaria, que poderia até ser dedicada à lembrança dos maiores exterminadores da história, de Tamerlan a Ridgway". In: *Apologia da deriva. Escritos situacionistas sobre a cidade*. Paola Berenstein Jacques (org). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. (p. 42)

Expulsos da cidade, os artistas nunca foram embora. Resistiram em nome da vida, da liberdade e da expressão criativa. Agora pensam e dialogam com o espaço urbano. Linguagem artística e subversão da ordem. Nessa perspectiva geográfica, os *descartógrafos* agem. A apropriação coletiva da cidade. Resignificar territórios, recriar mapas. Retornamos da experiência do projeto *Recartógrafos* com muitas singularidades percebidas, entre as quais se enunciam alguns apontamentos:

Há muitos modos de habitar um lugar. Um mesmo padrão de área urbana sob a rede elétrica é ocupado de distintas maneiras por diferentes grupos, como lugar de morada ou de horta. As relações de territorialidade também são diversas: fluxos migratórios regionais, interdependência entre áreas de trabalho e moradia, confinamento espacial, liberdade de trânsito e de manifestação criativa sobre a cidade. Identidades, tradições e linguagens misturam-se ou co-ocupam o mesmo território curitibano – grafiteiros, agricultores urbanos, nordestinos, índios... Natureza e urbanidade atritam-se na confluência e sobreposição dos ambientes: degradação, preservação, uso com sustentabilidade.

Sobre grafiteiros: hip hop, grafite, linguagem e comportamento, identidade – grupal, local, transterritorial, internacional. Manifestação de liberdade. Conhecimento sobre o espaço urbano. Registros e memória. Nômades da cidade. Marcas, mesmo quando não decodificadas. Tradução não facilitada. Coordenadas despistadas. Rastros sem rastreabilidade. Caligrafistas urbanos. Sujeito oculto, autodescartografado. Estar no território e não ser mapeado, estratégias para não ser mapeado, *d _ e _ s _ m _ a _ p*.

Sobre nossa cartografia do *Pequeno Espaço*: repertório de uma rica história social, subjetividades e dados objetivos sobre a ocupação física da área, complexo conjunto de informações sobre a gênese e o presente do pequeno povoado, um momento da vida dessa população. Retrato coletivo da vila, construído na participação. Mapa de poder, e de contrapoder, com potencial para ser usado pelos moradores como instrumento de apoio na realização de seus sonhos por moradia, reconhecimento de território e melhores condições de vida. Nossa

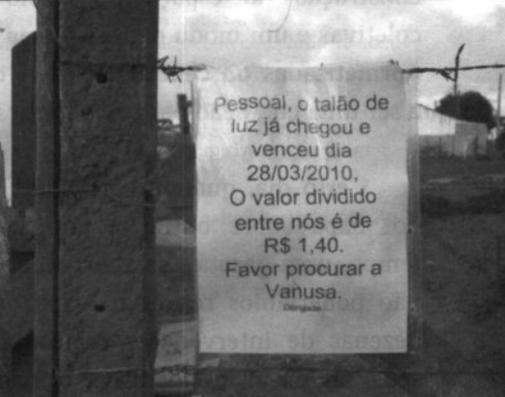
interlocução fez-se assim, coletando histórias dos moradores e devolvendo a cada um deles um mapa, uma síntese coletiva compartilhada.

Sobre as hortas comunitárias e o sumiço dos documentos da associação: a constatação de que a memória coletiva é tão fundamental na concretude do dia a dia quanto o próprio reconhecimento do território em que se vive. A memória coletiva é também um espaço público.

Sobre nós, descartógrafos, e nossa arte: experiência de liberdade de trânsito por distintos territórios de uma mesma cidade, perambulando indisciplinadamente por suas diferentes camadas de constituição cultural, com um olhar crítico incidindo além do contemplativo e do estético. Numa condição de atuação entre mediadores culturais, psicogeógrafos intuitivos e topógrafos de subjetividades coletivas. Como descartógrafos, agora também desurbanistas, e desartistas desde o princípio. Desartistas como o “não-artista” de Allan Kaprow¹⁷, cujo trabalho vale mais pelo “Contexto em vez de categoria. Fluidez em vez de trabalho de arte”, considerando também que é mais “interessante” partir da “não-arte” e transformá-la em “Arte” – buscando encontrar e resgatar algum valor de ritual e de vida na cultura – que partir da “Arte” e aí mesmo ficar, como um produto de “luxo supérfluo”. A arte de trazer à tona uma realidade de vida até então descartografada, como se não existisse. A arte de percorrer um território de homens invisíveis, vilas invisíveis, memórias invisíveis, *idades invisíveis*, e ainda assim de vida pulsante, com a qual os descartógrafos querem continuar dialogando.

17. KAPROW, A. *A educação do não artista, Parte I*. In: Revista Concinitas, n° 4. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.





LUGAR, REPRESENTAÇÃO E RESISTÊNCIA

Lúcio

Um detalhe que nos chamou atenção foi a permanência do mapa *Descartógrafos* no Terminal de Ônibus do Pinheirinho por quase dois anos. Por ser um local público e com intenso fluxo de pessoas, inicialmente não acreditávamos que a intervenção resistiria por muitos dias. Assim, a receptividade das pessoas foi para nós uma surpresa. Em conversas com pichadores da região, compreendemos que as intervenções resistem a vandalismos quando os moradores se identificam com a proposta. No caso do mapa, essa identificação se deu em muito pela possibilidade de receber novas marcações por parte dos passantes, conferindo-lhe paulatina reconfiguração. Esse caráter de abertura à participação do público em determinadas cartografias proporciona a percepção do espaço de convívio, permite inclusive que as pessoas inventem suas convenções de representação. Essa forma de construção do espaço por meio de experiências coletivas é um modo de resistência às representações normatizadas ou centralizadas. A colaboração passa a ser uma condição para a construção do lugar.

Certo dia, quando colávamos uma nova versão do mapa sobre outra já antiga, deteriorada pelo tempo, uma garota nos abordou apreensiva. Para ela não poderíamos retirar o mapa dali, pois continha dezenas de intervenções realizadas por conhecidos seus, alguns deles inclusive já não viviam mais na cidade. Explicamos que não pretendíamos retirar o mapa do local, tratava-se somente de uma

atualização. Mais aliviada, ela nos mostrou algumas marcações, explicando também como seus autores atuam na região. Esse episódio permitiu compreendermos um pouco mais sobre a organização de alguns artistas locais e como se manifestam e se reconhecem através das intervenções urbanas.

Fatos como esse ajudam a perceber as transformações pelas quais o mapa passou, evidenciando seu caráter de pertencimento ao lugar. Desde a primeira interferência, o mapa deixa de ser um registro gráfico para ser o lugar da experiência, lugar de encontro, de troca e construção sobre o território vivido. Isso é possível a partir do momento em que as pessoas se veem em coletividade e adotam posturas criativas frente ao território.

Para nós, o deslocamento é a ampliação do território efetivo, é também um *território-lugar* e, à medida que o encontro permite novas relações, passa a ser o lugar de ampliação do território subjetivo e afetivo. Acreditamos que nesse *deslocamento-encontro* é possível potencializar a percepção dos lugares onde estamos.

Buscamos os aspectos humanos das relações. Queremos que o mapa, como representação do território, seja aberto à experiência de vida que as pessoas têm nesse lugar. Essa forma de pensar o espaço reflete a dinâmica da própria população sobre o território. Partimos de questões, como: O que as pessoas fazem nesse território? Quais são os lugares de encontro? Que sonhos elas projetam? Que lembranças elas têm? De onde elas vêm e para onde vão? Interessa-nos construir mapas a partir desse contato.

A *Descartografia* busca a ampliação dos campos de atuação, troca e envolvimento social. Pensa a intervenção urbana como espaço habitado, onde ocorre o encontro com diferentes grupos de pessoas, contextos sociais e subjetividades. Ela busca as relações que podem brotar desses encontros.

LUGAR, PODER E EXPERIÊNCIA

O mapa, como meio de registro e representação, está vinculado ao poder de nomear e situar o outro. Cabem então algumas perguntas: Quais os critérios e convenções adotados na construção (ou

entendimento) de determinados mapas? Quem os constrói e com quais finalidades?

Bauman, se referindo ao pensamento cartográfico moderno, menciona:

Anteriormente, era o mapa que refletia e registrava as formas do território. Agora, era vez do território se tornar um reflexo do mapa, ser elevado ao nível da ordenada transparência que os mapas se esforçavam por atingir. Era o próprio espaço que devia ser remodelado ou modelado a partir do nada à semelhança do mapa e de acordo com as decisões dos cartógrafos.¹

Em *Batalha dos Mapas*, o território seria determinado pela organização e síntese do mapa, documento que balizaria a orientação sobre os territórios, “implicando uma vida num espaço perfeitamente ordenado e depurado de todo acaso, livre de tudo que fosse fortuito, acidental e ambivalente.”² Concepções como essa ainda se perpetuam em mapas atuais. A *Descartografia* busca a inversão desses conceitos pela construção de mapas a partir do cotidiano e da percepção das pessoas que vivem no lugar, como um modo de ultrapassar tais barreiras. Para isso, utiliza-se da desconstrução dos mapas oficiais, de suas convenções e interesses, até que possa reinterpretar o território a partir do ponto de vista próprio. Compreendemos que essa é uma decisão *poético-política* e, como tal, também uma forma de empoderamento a favor da experiência de quem a partilha. Em nossa atuação expandida, incorporamos os códigos culturais e suas convenções. Assim, o cotidiano serve como matéria-prima de nossa investigação. Percebemos, então, que a partir do momento em que estabelecemos nossos próprios critérios e sentidos para perceber o ambiente onde estamos, no instante em que criamos relações de troca com ele (independentemente de ser percebido por critérios de um outro normatizado), o território deixa de ser um lugar fora do mapa e passa a ser outro lugar, o *lugar-experiência*. Quando conseguimos estabelecer relações de troca, passamos a viver. E viver implica perceber, interpretar, contextualizar e criticar o mundo a partir do lugar em que estamos.

QUASE DERIVA

Recartógrafos parte de uma série de apontamentos realizados pelo público no mapa

exposto na galeria subterrânea do Terminal do Pinheirinho, em Curitiba. Essa etapa foi motivada pelas pessoas que se colocaram de maneira criativa em relação ao espaço onde vivem, valorizando o lugar e a si mesmas. Visitamos alguns pontos marcados por essas pessoas e, a partir dessas situações de encontro, considerando os diferentes contextos e acontecimentos, elaboramos outros mapas. A *descartografia* dessa etapa se desprende de um ponto fixo, sua materialidade transita agora por diversas regiões, como um fluxo cartográfico ou quase como uma cartografia à deriva.

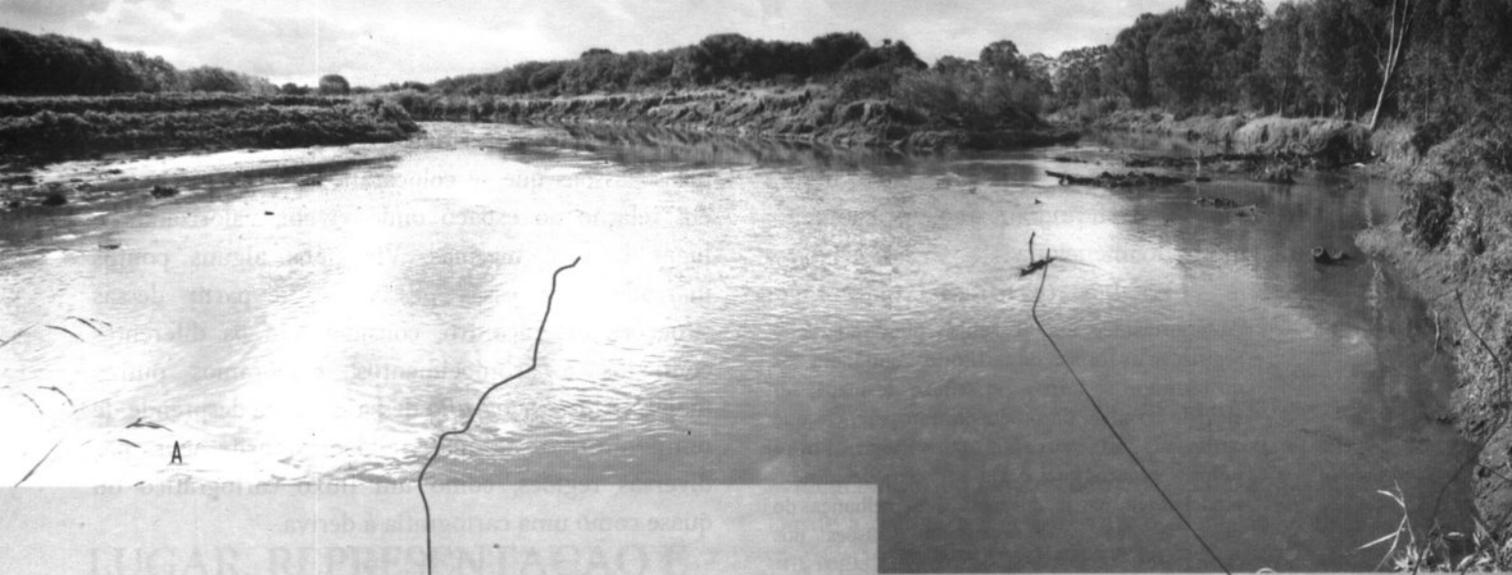
ESTATÍSTICA

*Se no lugar de onde venho eu conseguisse ganhar R\$ 200,00, eu não teria vindo para cá.*³

Informações encontradas em sites de ONGs e matérias jornalísticas⁴ sobre ocupações em Curitiba demonstram que o bairro Tatuquara está entre os mais pobres e violentos do município (a renda média das famílias é cerca de dez vezes menor que a de bairros como o Batel). De acordo com estudo recente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), o índice de crescimento da capital é de 1,8% ao ano. Embora menor que o índice de 5,3% das décadas de 70 e 80, no Tatuquara isso representa algo próximo de 2 mil pessoas ao ano. A cidade possui cerca de 250 ocupações irregulares, e esse número chega a 800 se considerarmos a região metropolitana.

NOTAS

1. BAUMAN, Z. *Globalização. As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 42.
 2. BAUMAN, Z. *Idem*, p. 37.
 3. Depoimento de alguém que veio para o Sul em busca de trabalho. Vive no Pequeno Espaço.
 4. FERNANDES, J. C. *Todas as dores do Tatuquara*. <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=806113&tit=Todas-as-dores-do-Tatuquara>. Acessado em 10 julho de 2010.
- COLETO, L. *Curitiba já teria 800 ocupações irregulares*. <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/321501/noticia=CURITIBA+JA+TERIA+800+OCUPACOES+IRREGULA-RES>. Acessado em 10 julho de 2010.
- Coletivo Despejo Zero. *O que é o direito à moradia? Participação do Coletivo Despejo Zero na Jornada de Lutas*. <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/noticias/o-que-e-o-direito-a-moradia-participacao-do-coletivo-despejo-zero-na-jornada-de-lutas/>. Acessado em 10 julho de 2010.



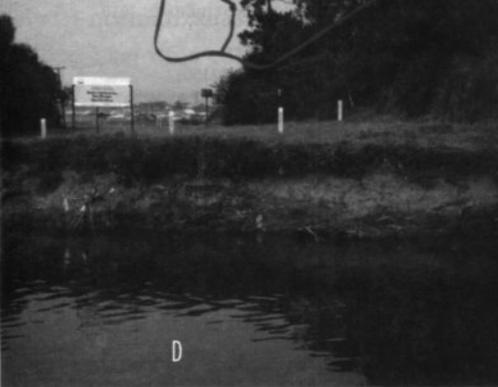
A



B



C



D



SOBRE OS LIMITES TERRITORIAIS

Uma história possível

Claudia

Os procedimentos do coletivo E/Ou no Pequeno Espaço foram baseados na ideia de tornar visível um modo de ocupação. Tal ideia não se deu simplesmente por um desejo unilateral, mas pela vontade de uma das moradoras de tornar pública a condição de vida de um grupo de pessoas.

No Pequeno Espaço, percebemos a delicada conexão entre o interior das casas, as travessas e a rua, um emaranhado de rotas gerando visibilidade/invisibilidade para o lugar. A área onde está o conjunto de casas é um istmo entre uma rua pavimentada com constante passagem de automóveis e um muro alto de uma grande propriedade privada. Coletivamente, os moradores resolveram o problema de distribuição de espaço com a organização em travessas; cada uma delas dá acesso a aproximadamente mais dez moradias. As travessas são vias de acesso específicas dos moradores; apesar de ligadas à rua principal, não recebem correspondências. Uma das travessas é um complexo de passagens que confunde os visitantes; algumas casas têm corredores que dão acesso a outras casas ou contêm passagens entre becos. A promessa da realocação das pessoas para fora da área de risco faz com que não haja um empenho em melhorar as condições de vida do lugar; esgoto, enchentes, ratos e lixo são parte do ambiente, numa instabilidade contínua. Quanto às regras internas de convívio, no Pequeno Espaço parece haver uma política de desapropriação e domínio de casas ocupadas e vazias a serviço de um grupo específico. O espaço privado da casa também é um território em disputa. A vontade de tornar o lugar visível se choca com a necessidade de permanecer invisível. O que de início foi identificado como um aspecto segregador da política pública, talvez revele uma função dentro do próprio grupo social: a perpetuação de códigos internos de poder.

E O QUE É O PODER?

Poder (do latim potere) é, literalmente, o direito de deliberar, agir, mandar e, também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força.¹

1. pt.wikipedia.org/wiki/Poder
(definições de poder na internet)

Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado.²

2. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

REPRODUÇÃO DE TÁTICAS DE DOMINAÇÃO OU INVERSÃO ESTRATÉGICA

Michel Foucault conta em seu livro *Microfísica do Poder* que, no início do século XIX, surgiram estratégias bem definidas para fixar os operários das primeiras indústrias pesadas no próprio local onde trabalhavam. O autor aponta várias táticas para assegurar o controle sobre o operariado. Afirma, entretanto, que hoje não é mais possível dizer quem concebeu a estratégia inicial, pois esta vem se reproduzindo e se complexificando a tal ponto que é quase impossível desconectá-la da própria existência, como se as regras que vivemos hoje fossem parte da natureza humana. A especulação imobiliária seria um dos desencadeamentos táticos, e no Pequeno Espaço ela se reproduz e independe de escala.

A *inversão estratégica* é outra possibilidade exemplificada por Foucault:

“Está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês”.³

3. FOUCAULT, M. *Ibidem*. p. 234.

A *inversão estratégica* é o modo como as minorias, aceitando o papel que lhes foi atribuído, podem transpor os limites daquilo que lhes é permitido ocupar, tornando-se proprietários de sua história. Muitos moradores do Pequeno Espaço identificaram no mapa esse potencial.

As realizações do coletivo E/Ou nos últimos dois anos têm gerado reflexões sobre a ocupação dos espaços. Por se tratar de uma arte comprometida diretamente com a vida, os códigos de linguagem artística estão presentes em sua intersecção com os códigos espaciais da vida cotidiana. Ambos, arte e cotidiano, quase sempre reproduzem limites do sistema econômico; nesse entrecruzamento talvez possa surgir uma fissura na continuidade homogeneizante.

Uma estratégia de tomada de espaço que aceita a dinâmica globalizante e subverte sua lógica a serviço da ampliação do território subjetivo e prático. A tomada de espaço tem o sentido de penetração nas várias camadas da experiência, dos limites culturais, da língua, territoriais, de gênero, do corpo.

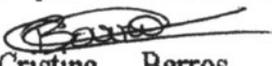
Por meio da cartografia é possível tornar visível aquilo que é omitido, saber como se move o opressor, ocupar áreas restritas e tomar coletivamente espaços de tirania. O exercício cartográfico aponta para a necessidade da reinvenção de estruturas tradicionais do contexto urbano. Revela a urgência da busca por outros modos de relação como forma de transpor a uniformização dos sistemas midiáticos alienantes, sempre a partir da produção e busca de referências de inspiração ético-estéticas.⁴

4. GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas, SP : Papirus, 1990.



ATA DE FUNDAÇÃO

Aos nove dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e oito, às 9:50 horas, reuniram-se para Assembleia Geral os moradores da Vila Pequeno Espaço, sito a rua Iguines de Souza Soares nº 45, Vila Pequeno Espaço - Bairro Tatuquara para fundação da associação de Moradores da Vila Pequeno Espaço, tendo como convidados: Terezinha Fernandes (presidente da associação Unidos do Umbará), Cristina Barros (diretora cultural da Femoclam e assessora do Vereador Jair Cesar). Com a palavra a Sra. Terezinha Fernandes, explicou a importância de uma associação. Passou a palavra para a Srta. Cristina Barros que informou como funciona uma associação e o que é a Femoclam, explicou também a importância de se ter um padrinho político. Falou da união dos moradores. Aprovaram a fundação da associação cuja chapa é composta pelos seguintes moradores que tomaram posse por aclamação; sendo eles: Diretoria Executiva: Sr. Paulo Mendonça Goes (presidente), Sra. Conceição Antonia de Oliveira (Vice-presidente), Sr. Dejour Ribeiro Martins (1º secretário), Sra. Lucidalva Souza Goes (2º secretária), Sr. Rubens da Luz (1º tesoureiro), Sr. Darvim Ferreira da Silva (2º tesoureiro). Conselho Fiscal: Sr. José Antonio Sobreira (presidente do conselho fiscal), Sr. Pedro Ezequiel (2º membro), Sr. Alandino Alexandre da Silva (3º membro) e o Sr. Francisco Ferreira dos Santos (4º membro). Área de abrangência desta associação são todos os moradores da Vila Pequeno Espaço. Organizar o estatuto para aprovação na próxima assembleia que ocorrerá no dia 16-05-98 às 9:00 horas da manhã na rua: Iguines de Souza Soares, nº 45. A reunião foi encerrada às 11:00 horas e eu Cristina Barros (secretária AD-HOC), redigi a presente. Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e todos os presentes.

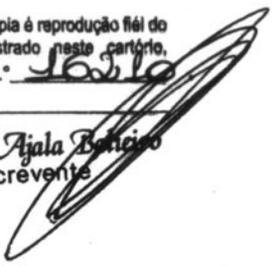

Cristina Barros
Secretária AD-HOC


Paulo M. Goes
Presidente

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
JURÍDICAS REGISTRADO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA MAL. DEODORO, 869 - 5.º AND. - CONJ. 504

CTBA. 08 JUN. 2010

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento registrado neste cartório, livro (A), sob N.º 16210


Diomar Ajala Balduino
Escrivente

1.º OFÍCIO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Mal. Deodoro, 869 - 5.º Andar - Conjunto 504
JOSÉ MENDES CAMARGO - Titular

MICROFILMADO SOB N.º

800127

E REGISTRADO SOB O N.º DE ORDEM

16210

DO LIVRO A DE REGISTRO

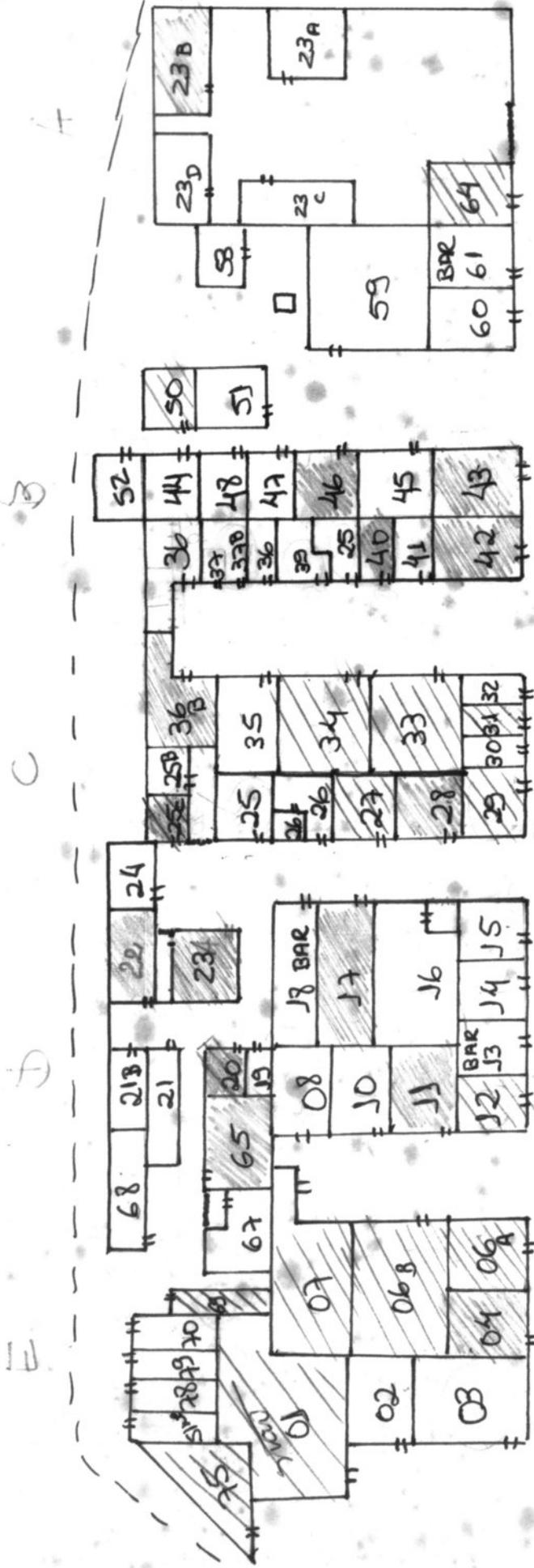
CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. 04 JUN. 1998

CURTIBA


Diomar Ajala Balduino
Escrivente

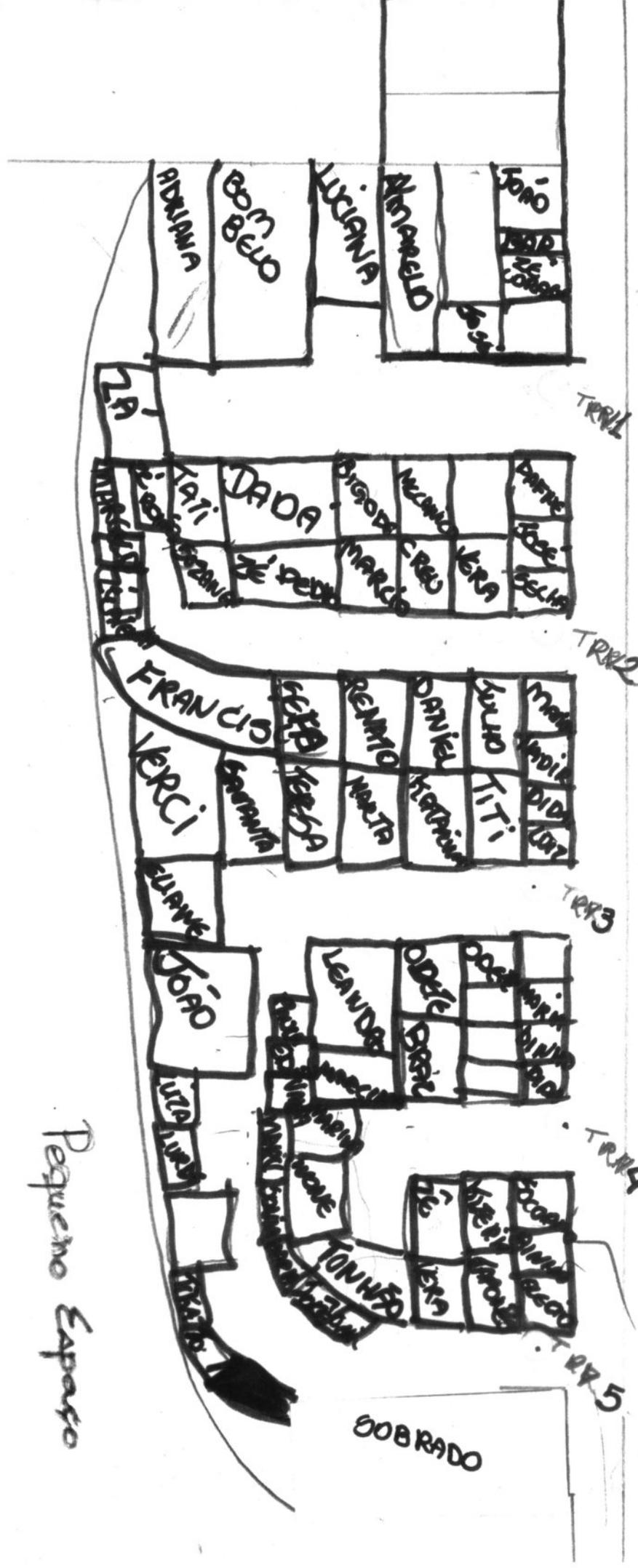


mapa
Pequenos espaços



Rua Janês de Souza Soares

Pequeno Zapazo



PARANÁ

20,6%
1990 a 2007

4,4%
desde 2009

10,3%
1989 a 1999

2,9%
2005/2006

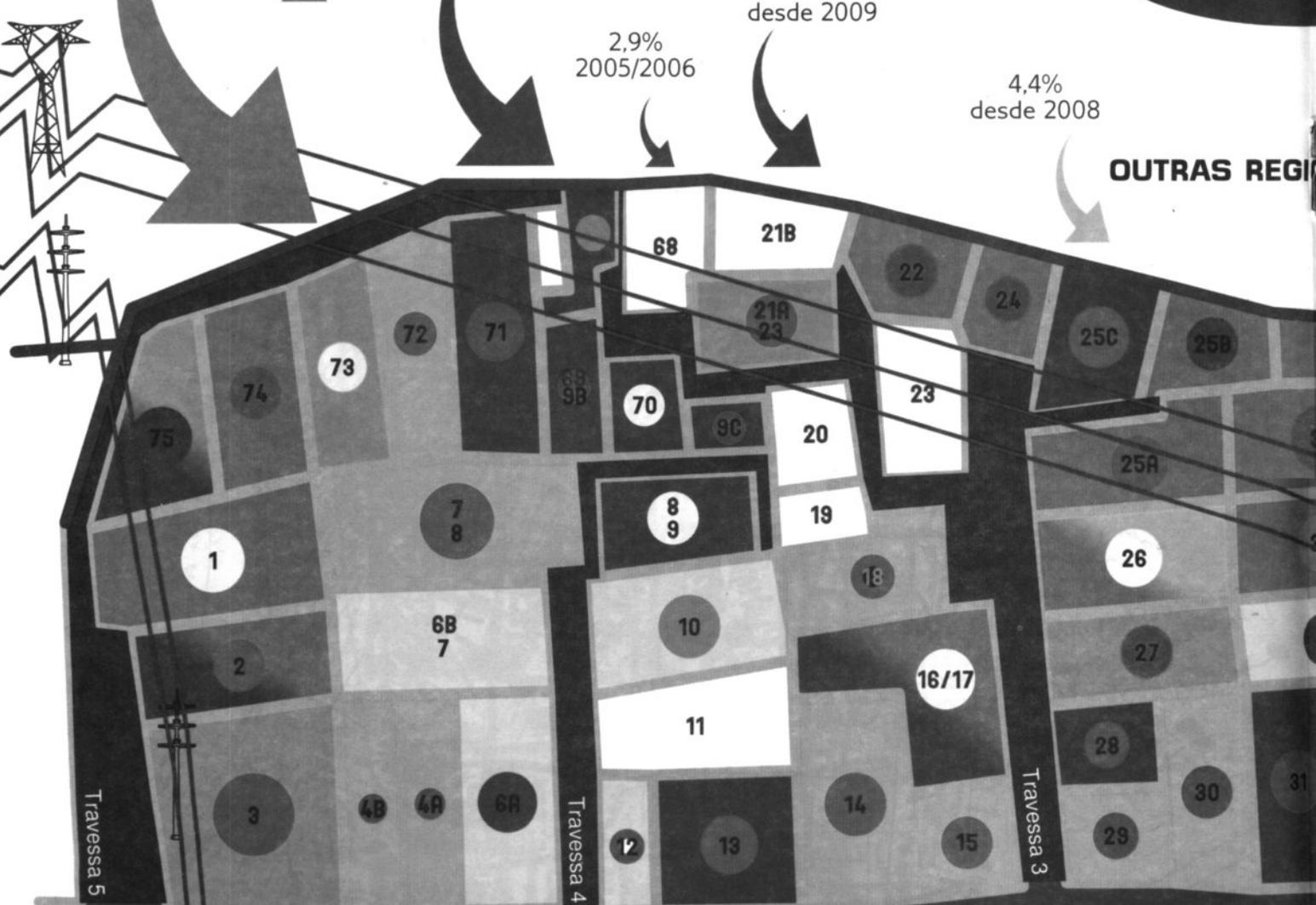
5,9%
desde 2009

4,4%
desde 2008

Migração

CURITIBA e REGIÃO METROPOLITANA

OUTRAS REGIÃO



No giratório da terra a gente

Lombadas

266
moradores

78
habitações

3,41
moradores/habitação

Preferên dos por

1,5%
1989

SANTA CATARINA

7,4%
1997 a 2007

Pequeno Espaço

2º trimestre / 2010

e/ou > Recartógrafos

Numeração das casas



- 23a - João Panela, João Marcos
- 23b - Cristiano
- 23c/23d - Daia
- 62 64 - Bar do Ére
- 61 58 - Nilson, Ofélia, Wiliam
- 60 - Carlos, Dilce, Mariana
- 59b - José Nelson
- 59a - Adilson, Marli, Sebastião
- 10 53 - Amendoim, Claudemir
- 51 - Vanderlô Bom Belo, Lucinha, Wilians, Cristiano
- 50 - Adriana, Silvanéia, Giovana
- 52 - Passarinho, Valdineide Zá, Valdinéia, Claudiane
- 35 44 - Tati, Manoel, Carlos, Bernadete
- 48 - Dadá, Verônica, Marinalva
- 47 - Bigode, Denair, Elisângela, Erivaldo
- 46 - Ismael, Ivete, 5 filhos
- 45 - Tonho, Leonaide, Hernandes, Valmir
- 43a - Zé Coragem, Dona Senhorinha
- 43b - José
- 42a - Célia, José Antônio
- 42b 41 - Vera, Adriane, José, Júlio
- 40 - Créu

- 25 - Márcio, Sue
- 39 - Zé Pedro, T
- 37a - Suzana, Va
- 37b - Zé Romão,
- 36d - Ademir, Alim
- 36c - Marcelo, Jo
- 36a - Zé catenga
- 36b - Francisco, I
- 35 - Airton, Sidn
- 34 - Verônica, E
- 33 - Júlio, Quitê
- 32 - Maria, Mar
- 31 - Adão, Nadi
- 30 - Antônio, Di
- 29 - Luis
- 28 - Titi
- 27 - Osório, Ca
- 26 - Marta, Alex
- 25a - Tereza, An
- 25b - Paulicesar,
- 25c - Verci, Marli
- 24 - Eliane, Gal

- Alagoas - 31,90%
 - Curitiba e região metropolitana - 23,61%
 - Interior do Paraná - 23,61%
 - Santa Catarina - 8,33%
 - Pernambuco - 8,33%
 - Outras localidades (RJ, MT, RO) - 4,22%
- Lotes em branco: não mapeados ou semi-mapeados

32,3%
desde 2004

Reconhecimento
do território

1,5%
2002

ALAGOAS

4,4%
1993 a 1996

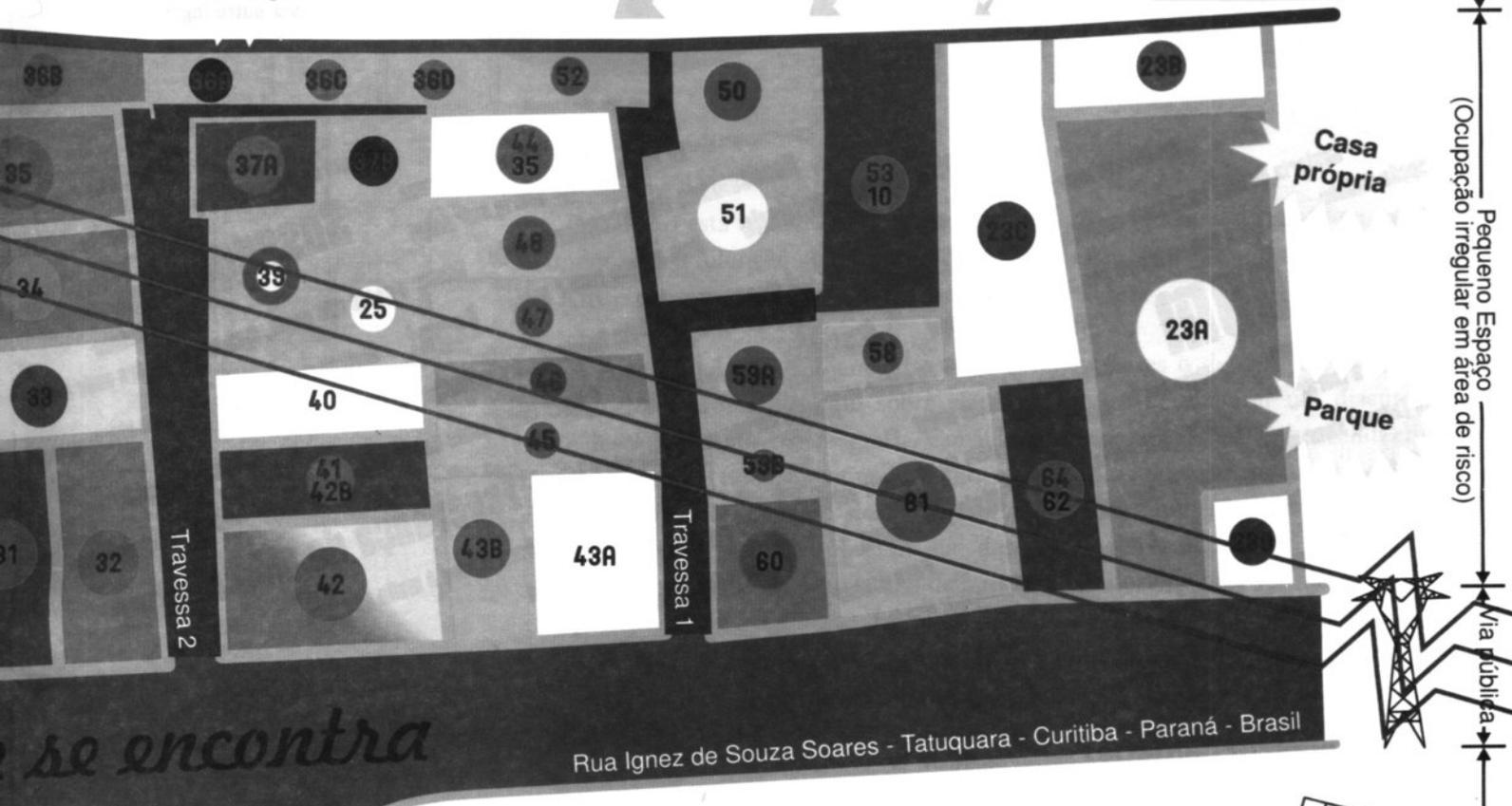
PERNAMBUCO

2,9%
2004 a 2006

1,5%
desde 2009

Segurança

IDADES



Casa própria

Parque

Pequeno Espaço Irregular em área de risco

Via pública

Área residencial urbanizada

se encontra

ênncia de cor
s moradores
or habitação

Rua Ignez de Souza Soares - Tatuquara - Curitiba - Paraná - Brasil

Regularização
de posse

Pista de
Stake

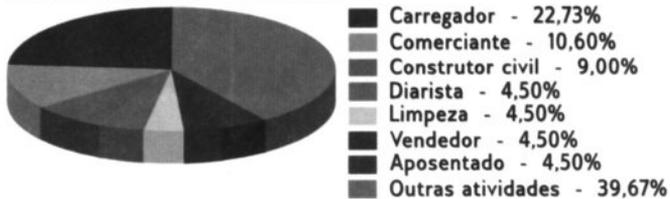
- Sueli, Luana, Lucivania, Lúcia, Maciel
- o, Tatiane, Emanuel
- Valdecir, Felipe, Bruno, Jean
- ão, Patrícia, Yasmin
- Aline
- Josefa
- nga, Janizete
- co, Márcio
- Sidnei, Simone, Sílvia, Eduardo, Maria Helena
- a, Elisângela, Hudson, Yasmin, Wesley
- uitéria, Caio, Cris
- Marcos, Aline
- adir, Andriely, Ana Carolina
- Dida, Liliane, Eliane, Welington, Alexandre
- Catarina
- Alexandre, Joseli, Josiel, Daiane, Bruno, Muriel
- Antônio Negão
- ar, Samanta, João, Amanda
- arlei, Lucas, Rian, Samara
- Gabriel, Pablo

- 23 -
- 22 - Luisa, Samanta, Flávia, Jair
- 23 21a - João
- 21b - Lourdes, Vanusa
- 68 - Tika
- Dafine, Maikon, Natália, Gigio
- 70 - Sônia, Maria da Luz, Alex, Adria, Samuel, Vitor
- 20 - Edivânia
- 19 - Paula
- Leandro
- 16/17 - João Leite, Maria, Florêncio, Tiago, Jhenipher, Dayse
- 15 - Silvano, Telma, Paulo Henrique, Cizo Gabriel
- 14 - José Narcísio, Maria, Luiz Fernando, Camila
- 13 - Dinho, Liversina
- 12 - Carlinhos, Dida, Cristofer
- 11 - Braz
- 10 - Marcos, Mário, José
- 09 08 - Marina, Claudimir, Wesley, Ruan, Brian
- 09c - Marilene, Robson, Jenifer, Vitória
- 09b 69 - Maria
- 08 07 - José, Ivone, Paulo, Petrucia, Crislaine, Gabriele, Gustavo
- 07 06b - Antônio, Quitéria

- 06a - Socorro, Gabriel, Mônica
- 04a - Valmir, Devanir, Vinicius
- 03 - Alécio, Lourdes, Alice
- 02 - Júlio, Débora, Bruno
- 01 - Vera, Juane, Daiane
- 75 - Cristina, Tonho, Patrick, David
- 74 - Débora, Nélsion, Maiara, Mateus
- 73 - Vera, Evanildo Limona
- 72 - Dilva, Joaquim, Jeferson, Dario
- 71 - Fátima, Jonatan, Douglas, Tais

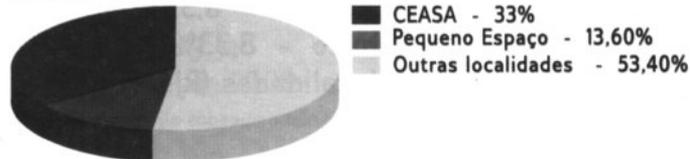
Numerações em roxo foram retiradas ou deduzidas de mapas da Unidade de Saúde Palmeiras

Atividades de trabalho

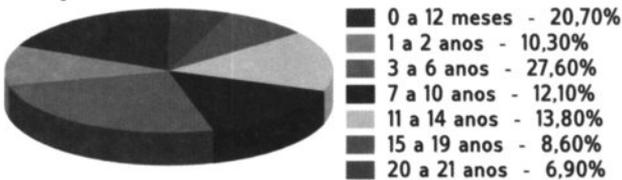


Outras atividades: panificadora, reciclagem, construtor de estradas, mecânico, coveiro, jardineiro, agente de saúde, madeiro, embalador, carga e descarga, estofador, cozinheira, televendas, cabeleireira e manicure, motorista, ajudante de lanchonete, lavador de carros, serviços gerais, transporte, ex-caminhoneiro.

Locais de trabalho



Tempo de vivência na localidade



Sentimentos em relação ao lugar



Aqui é uma opção melhor
Situação transitória
Estranho
Tanto faz, tá bom demais
Logar muito bom para morar
Gosto (adoro) viver aqui
Sobrevivência
Gostaria de morar fora da área de risco
Salva-vidas de Deus

Gostaria de uma casa mais caprichada
Só Deus sabe o tempo que eu vou passar aqui
É bom
Viver em harmonia
Outro lugar seria melhor
Aqui é tudo gente da paz
A gente está numa balança: fica/sai

Se tivesse uma casa própria seria melhor
Orgulho
Tem de saber viver aqui porque nos becos não é fácil
Bom de se morar porque dá para conhecer bem as pessoas
Mais ou menos
Para ganhar a vida

Falta de privacidade
Necessidade de reconhecimento
É uma mistura de tudo: felicidade, tranquilidade, medo
Gostamos muito do lugar
O lugar que a gente conseguiu
Viver aqui é muito bom, o povo é muito gente boa
Esperança de vida melhor
União, todos amigos, irmãos

Tá valendo a pena
Eu vivo bem, mas queria sair daqui
Bom porque tudo é perto
Legal
Gostar a gente não gosta, mas não tem para onde morar
Melhor viver aqui do que onde vivem os ricos
Sossegado
É ótimo, uma beleza
É um sufoco
Difícil, mas bom
Não tenho do que reclamar

Territorialidade:

- O lugar particular
- Topofilias / Topofobias
- Espaço onírico / imaginário
- Marcações dos espaços no sujeito / memória espacial

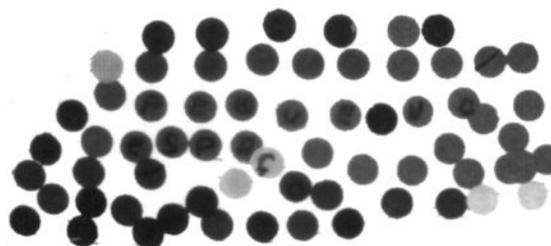
Territorialização:

- Trajetos e percursos
- Acelerações e trancamentos
- Centralizações e dispersões
- Elos com outros espaços e lugares
- Transcendência

Territorialismo:

- Marcação de reivindicação
- Marcação de mensagem
- Marcação de uso / denominações
- Criptografias

Índice memorial



Pequeno Espaço - detalhe do mapa Descartografia, 2008
 Galeria Subterrânea do Terminal Pinheirinho

ESQUEMA PARA DIALOGAR COM DESCARTÓGRAFOS

Álvaro Luiz Heidrich

Este texto está armado sobre um esquema, uma sequência de apontamentos reunidos com a intenção de encontro, de diálogo. Diálogo entre pensamento-ação em Arte e pensamento-ação em Geografia.

A Arte eu admiro, me encanta, sinto diversas vezes o desconforto que ela provoca. Mas não reflito aqui sobre ela, com intuito de elaborar um discurso sobre descartografia e recartografia. Considero apenas o que dela compreendi em Hannah Arendt (1999), imaginada como um dos atos de construção do espaço público, como obra, o que fica em *permanência*. E também, considerando o registro daquilo que se observa na descartografia, compreendo melhor a afirmação de Susanne Langer (1980) de que ela é criadora de uma *tensão-espaço*.

Com a Geografia, posso me reportar ao conhecimento do espaço e àquilo que envolveu a intervenção nas galerias subterrâneas no sul de Curitiba. Diz respeito a um espaço social, um espaço da ação – sujeitos em relação ao seu universo de vida, ao cotidiano e às formas-conteúdo que dele fazem parte. Tem a ver com as práticas espaciais, como se reporta Henri Lefebvre (2000)¹, e com a localização do sujeito no universo de um *sistema de ações* (SANTOS, 1996; DI MÉO & BULÉON, 2007).

O espaço é a aproximação, é ele o encontro. Ali a Arte se depara com a Geografia. É amplo e aberto às possibilidades, às contingências, à trama imbricada, à solidariedade inexorável – mesmo quando opressora. Dialeticamente, nele a Geografia é produzida, com arte, com enlevo.

O MAPA

Neste projeto, o encontro gerou o mapa, desfez e refez o mapa. De certo modo, também o sul de Curitiba. Como se trata de uma representação, muitas vezes o mapa surge antes do território ao qual se reporta. O território, outra

1. Ver o texto de Tânia Bloomfield nesse livro.

feição do espaço aqui presente, é o espaço social agido, retido, produzido com intenção de domínio. O mapa é um recurso que permite chegar ao território. Antes, e ao mesmo tempo, o espaço se refaz pelo mapa.

Um conceito de mapa nos diz que ele se constitui numa sinalização, num documento que visa transmitir orientação e localização. São documentos muito antigos. Conforme nos fala G. R. Crone (1956), povos tradicionais – como os *inuits* do Ártico ou os beduínos dos desertos da Arábia – possuíam aptidão instintiva para traçarem esquemas rústicos, mas bastante precisos. De pele ou areia, com a indicação da posição relativa e as distâncias das localidades de seu conhecimento. Para esse historiador, os mapas podem ser considerados sob diversos aspectos, entre os quais destaca: informação científica, documento histórico, instrumento de investigação e objeto de arte.

Devemos aceitar essa última referência em seu amplo sentido. Assim, por exemplo, é a arte de representar dos povos indígenas tradicionais das Ilhas Marshall (FIGURA 1). Como se vê, trata-se de um tipo de carta de navegação. Nela, a armadura ortogonal (de fibras vegetais) representa o oceano, as curvas, as frentes de ondas e as conchas, as ilhas do Pacífico (RAISZ, 1969).

Mapas expressam a compreensão das diferentes sociedades sobre o que é o mundo. A compreensão, por exemplo, do que era o mundo colonial – além de ser influenciada pelo estágio do conhecimento da época – era também a ideia que se tinha do desconhecido (FIGURA 2). Além de localizar e fornecer orientação espacial, mapas continham as representações do (des)conhecido. Comparados aos de hoje, os mapas dessa época carregam um misto de imprecisão em pelo menos dois sentidos: técnico e representacional. Eles não continham os sistemas de coordenadas e não retratavam as superfícies com fidelidade. E, no campo do que continham, eram carregados de falsa ideia, segundo nosso conhecimento atual.

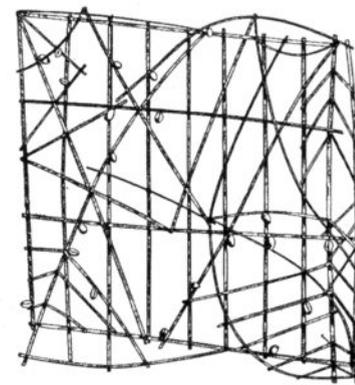
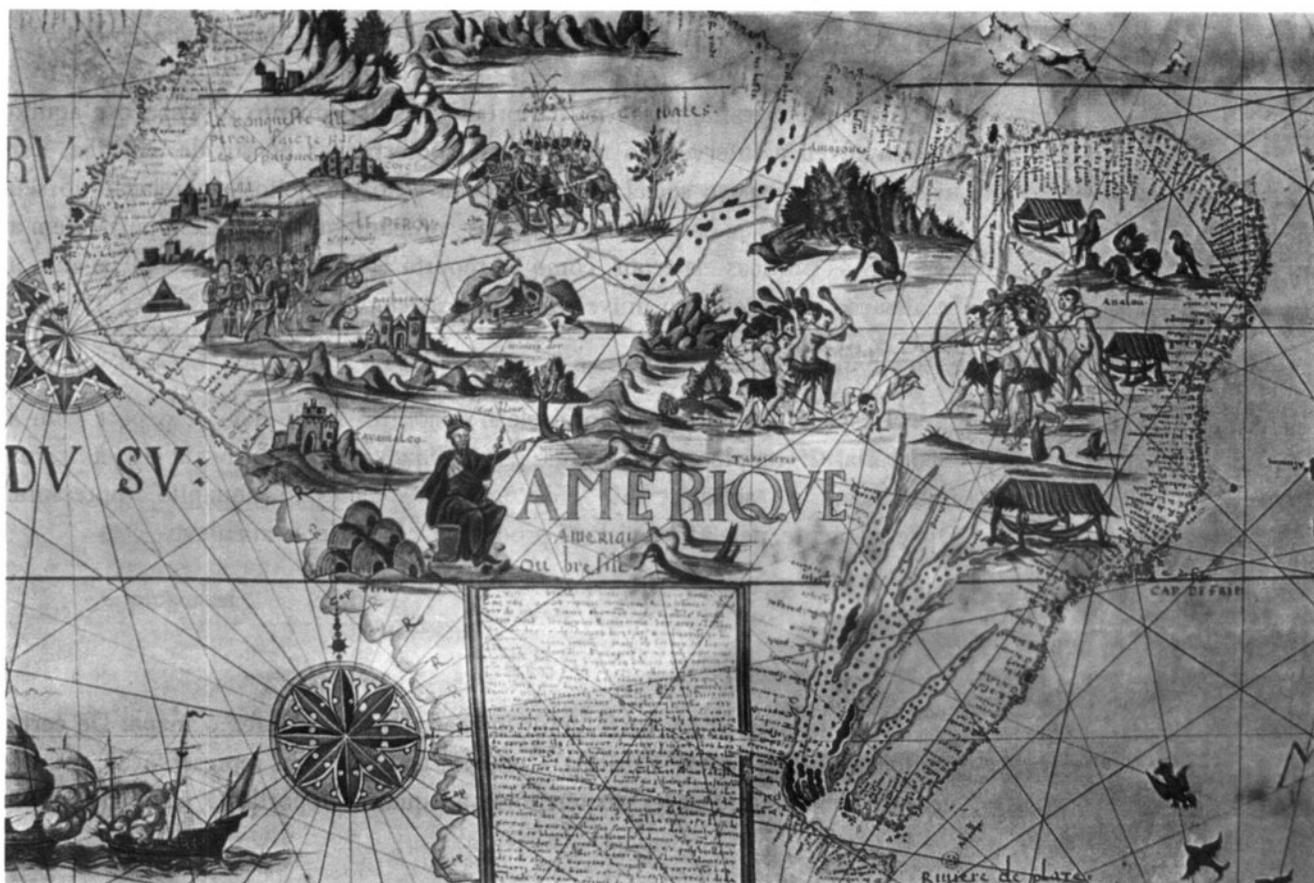


Figura 1 – Mapa dos nativos das Ilhas Marshall, Pacífico Sul, utilizado até meados do século XIX.

Figura 2 – Mapa da América do Sul, Pierre Desceliers (1550). Reprodução do fac-símile existente na mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro/RJ.

Fonte da figura 2: Mapas Históricos Brasileiros. In: Enciclopédia Grandes Personalidades da Nossa História. São Paulo/SP: ed. Abril Cultural, 1969. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa55.htm>>.



A precisão na representação das formas e a fidelidade das medidas foram alcançadas no Renascimento. Essa condição, que deu origem aos mapas modernos, foi de fundamental importância para o acolhimento da cartografia como fonte de documentos oficiais. É notável observar a clara diferença entre os territórios dos impérios e dos Estados modernos. A área de domínio do império, de modo predominante, vaga de acordo com sua força econômica, cultural e militar. Sua fronteira não tem fixidez equivalente à que se configura hoje para as territorialidades de soberania (BADIE, 1996).

A territorialidade moderna, que tem o território indevassável do Estado como um de seus mais importantes fundamentos obteve fundamental contribuição da cartografia. Foi o trabalho dos cartógrafos, dos funcionários das monarquias e dos Estados soberanos nascentes que a definiram. O estabelecimento do limite oficial vai selando a fronteira, que é transicional por sua natureza. As cartas topográficas oficiais comunicam os limites do novo espaço *administrativo homogêneo* (ALLIÉS, 1980; ACSELRAD & COLI, 2008).

Fortalece-se aí a razão fundadora da métrica do espaço geográfico: a necessidade de reter e conter. Era necessário – naquele contexto de abertura do espaço ao capital – definir o âmbito da reprodução da riqueza, o que era de especial interesse da burguesia. Conforme Marcelo Escolar (1996, p. 103):

O pré-requisito necessário para a conformação material de qualquer Estado-Nação moderno corresponde à apropriação exclusiva de um território a montar, *a posteriori*, o processo de integração social ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante. Esse “marco referencial” geográfico, cuja delimitação obedece a um sem-número de causas alternativas, é, no entanto, uma parte imprescindível da formação nacional.²

2. Grifo no original.

Assim, a cartografia se constitui em instrumento de marcação e demarcação territorial. Cabe, porém, uma ressalva: a relação com o território depende do universo simbólico considerado, das compreensões de mundo de qualquer grupo. Por isso não se deve perder a perspectiva de que a cartografia é um objeto de uso, com finalidade específica. Dessa forma, os mapas devem ser compreendidos de modo contextualizado e podem ter várias finalidades e funções, como: localização e navegação, definição de limites, compreensão do mundo físico, difusão de ideias sobre lugar e mundo, informação funcional etc.

A cartografia usual de hoje é predominantemente demarcatória e expressa a racionalidade do pensamento. Busca informar os aspectos objetivos do mundo físico e a disposição das estruturas e arranjos geográficos e, entre suas funcionalidades mais utilitárias, comunica sobre os usos permitidos e vedados de acordo com a condição territorial estabelecida. É preciso, então, falar de território.

O TERRITÓRIO

Quando os grupos humanos utilizam o espaço, não apenas deixam marcas como os animais, mas sinais com significados culturais. E, quando tais significados não se evidenciam na paisagem, a comunicação que os vincula a territórios utiliza sistemas simbólicos, como a escrita, a arte, os grafismos etc. (RAFFESTIN, 1988). Esse princípio – de comunicar sobre a territorialidade – é

utilizado cotidianamente pelas sociedades. Baseia-se na ideia de restringir o acesso. Dessa maneira, exerce-se domínio sobre aquilo que existe ou se manifesta no espaço demarcado. Robert Sack (2009) entendeu esse princípio como estratégia para se controlar pessoas e recursos, especialmente quando as relações diretas entre as pessoas não surtem efeito por meio do diálogo, da política e do consenso, por exemplo. Assim, como o espaço é uma totalidade aberta, ao se definirem territórios estende-se o domínio sobre o que fica contido nele: as populações, os recursos e os eventos.

Dito desse modo, tende-se a ver os territórios por uma simplificação: como espaços apropriados, que foram objeto do poder. Não devemos obscurecer, porém, toda a realidade que vem acompanhada de poder, toda a manifestação, a vida, o cotidiano. Os territórios, assim compreendidos, fazem parte de uma geografia posterior ao ato humano. Daí, dentre uma gama diversa de qualificações do ato que se liga ao espaço, pode-se reuni-las em três campos fundamentais: (1) a ocupação, o estar, o permanecer, o fixar-se; (2) o uso, a ação, a construção das formas e a sua valorização – a destinação de utilidade, ou seja, a transformação das coisas em objetos com finalidades intrínsecas; (3) a representação, a noção e a concepção dessas ligações com os espaços (HEIDRICH, 2006).

O ato que se liga ao espaço é a força criadora, é o *vínculo*. Por mais natural que seja estar, ser e viver, a cultura é que produz o significado dessa experiência. Ela não desfaz a condição natural, mas nos liga a um universo de invenção. Nos termos desta discussão, tais liames são territoriais.

Os vínculos territoriais podem diferir em função da concepção de mundo de cada sociedade ou grupo humano. A territorialidade para povos tradicionais se distancia em muito das invenções associadas à ciência ou à política moderna. Assim, por exemplo, as territorialidades indígenas mesclam o universo mítico nas formas de seu cotidiano. Sylvia C. Novaes (1998, p. 233) nos permite compreender um pouco desse universo:

A aldeia Bororo não é apenas um mapa da sua cosmologia e organização social. A aldeia define a essência do que é ser Bororo e ao mesmo tempo classifica as diferentes possibilidades deste *ethos* em termos de clãs e linhagens. Quando um homem encontra-se com alguém de uma outra aldeia, que ele não conheça, ele pode perguntar: Quem é você? Qual é sua pessoa? Qual é o seu lugar? De modo ritual e formal o recém-chegado deve recitar os nomes das aldeias, os lugares e eventos que marcaram estes locais que ele vai nomeando. Em tom alto e formal o outro homem responde recitando outros locais e eventos a serem lembrados. O encontro inicia-se assim com esse desafio competitivo de conhecimento sobre a paisagem Bororo e termina quando a memória de um dos dois começa a falhar.

Interpreto: o encontro das pessoas parece ser exaustivamente explorado, até o ponto de confundir a memória sobre os elementos que expressam as marcas de seus espaços. Para o indígena, que não bloqueia a entrada do outro, o território é essencialmente definido por marcadores, e não por demarcação³. Em pesquisa sobre a territorialidade indígena em Angola, Isabel C. Henriques (2004, p. 22) demonstra que a sua organização recorre à “criação de ‘sinais’ ou ‘marcadores’ que as comunidades conhecem e respeitam”. Identifica cinco tipos: os marcadores vivos – naturais, de seu meio conhecido; os simbólicos – todos os elementos de seu espaço vivido que possuem significado mítico; os fabricados – objetos elaborados que fazem parte de seu cotidiano; os históricos – naturais ou

3. Esse aspecto é bem comentado por Roberto Sack (*Op. Cit.*, p. 6-15) para o caso dos indígenas *Chippewa*, na América do Norte.

4. HENRIQUES, Isabel C. *Op. cit.*, p. 22-29.

5. Soa muito estranha essa ideia de controlar o acesso ao espaço, como se não fosse natural estar ali. Mas é assim mesmo, dado que sobre esse espaço foram criadas as configurações humanas. Ver reflexão compreensiva sobre esse aspecto em *Geografia crítica* (MORAES; COSTA, 1984).

artificiais, todos aqueles que explicitam a sua compreensão como grupo; os musicais – referentes sonoros que auxiliam na coesão do grupo⁴.

A territorialidade para a sociedade moderna é bastante preenchida de elementos racionais, objetivos. Nossas sociedades são herdeiras dos territórios nacionais e, internamente, exploram ao extremo o recurso de regulação do acesso ao espaço⁵. Têm a finalidade de estabelecer certa ordem entre interesses conflitantes. Não se deve entender, porém, que sejam sociedades destituídas de significados culturais, pois, em grande medida, eles atravessam nossa trajetória civilizacional. A modernidade impregnou o mundo com seus sentidos. Refletindo sobre os vínculos territoriais da sociedade moderna, pode-se dizer: *ocupamos territórios* nacionais e parcelas privadas articuladas por uma espacialidade pública; *utilizamos o espaço* por intermédio de um sistema complexo de atividades econômicas; e *nos vemos pertencentes* por meio de referentes gerais, aplicáveis às mais distantes e, muitas vezes, conflitantes experiências. Não é demais falar do óbvio: a unidade é garantida pela coexistência num espaço que se fecha.

De certo modo, vivemos apoiados em construções abstratas – como coesão social, igualdade de direitos e participação equivalente – concretizadas territorialmente. E, mesmo que possamos assinalar marcadores da nossa vivência civilizacional, sobrepõe-se a eles a demarcação.

Essa abstração territorialmente concretizada é um dos aspectos críticos da vida moderna. Percebo duas facetas dele, reveladoras de uma ressignificação da nossa relação com o espaço. Numa direção ampliamos nossa integração com o mundo e, paradoxalmente, aprofundam-se a diversidade e a desigualdade de nossa participação e identidade. O que está ocorrendo com nossos vínculos?

As identidades têm se multiplicado não somente pela variação das experiências locais, mas também pela possibilidade do encontro à distância. Ficou mais difícil perceber um projeto unificador. Será que restou apenas o mercado? O espaço público – construído com o intuito de erigir códigos de compartilhamento – atravessa a modernidade perdendo sentido. E, pouco a pouco, vai sendo ocupado pela publicidade do particular (HABERMAS, 1984). Hoje o espaço é mais social do que público. É social porque se mantém como o lugar do encontro e porque tem sido permeado pela exaltação da diferença e pela concorrência do estranhamento. As possibilidades técnicas, somadas à aceleração dos ritmos cotidianos e ao aprofundamento da impessoalidade, tornam banal seu lado reverso: a indiferença. Automóvel, MP3, 4, 5..., telefones celulares, muita distância e pouco tempo, convívio massificado, desconhecimento do outro, etc., são fatores que justificam o afastamento sem necessidade de apoio ideológico, já que o inexorável adquire natureza técnica. Para fazer parte da cena, torna-se necessário escancarar a intimidade e declinar do sentido público (SENNET, 1988).

Outro aspecto significativo dessas mudanças não se liga ao movimento, mas à fixação. Trata-se do fechamento dos espaços urbanos. De um lado, ocorre a “substituição” dos bairros por fechamentos condominiais. Esse processo dá forma a uma *privatopia*, que inventa um comunitarismo às avessas (DEAR, 2000), num espaço social profundamente marcado por separações. De outro, a transformação da rua e da praça em centros de compras, com o fito do controle, tornando o espaço mais fortemente condicionado ao consumo. Ambas constituem formas

associativas do consumo, sustentadas pela norma, que destituem de sentido o lugar (AUGÉ, 1994). Para Andrea Semprini (1999, p. 159):

Frente a uma modificação do espaço público que [não se] consegue compreender e muito menos gerir, frente à crise da utopia universalista, frente à transformação dos cidadãos em indivíduos, frente à “tomada de poder” da diferença sobre a igualdade, frente enfim ao desenvolvimento, ou ao revigoração de outros paradigmas – econômico, cultural, étnico, nacionalista, religioso –, o político não consegue mais legitimar seu papel e justificar sua ambição de exercer uma função dominante no espaço social.

Podemos afirmar que esse é um contexto de produção de sentido, no qual se concebe a *descartografia*.

A DESCARTOGRAFIA/RE CARTOGRAFIA

A intenção não é explicar, mas ler. Esse é o encontro possível. Não é explicar a arte, mas falar do que ela deixa, faz permanecer, da tensão que ela provoca. O que refletimos antes, porém, produz uma matriz de leitura. Ela nos informa que a descartografia do projeto intervém no território, pretendendo denotar outro significado.

Não se pode descartografar sem recartografar. Pelo modo como o projeto se desenvolveu, a ação de marcar no mapa não é apagar, é sobrepor outra informação, outro significado.

Foi possível perceber a riqueza da ação na visita ao subterrâneo. O que havia naqueles traçados? Um mundo de significados. Sentimentos, afeições, reivindicações, trajetórias, medos, recados. Continham informação que não é normal veicular em “espaço público”. Qual a intenção de quem marca?

O mapa da recartografia do sul de Curitiba (FIGURA 3) revela grande complexidade. Não revela informação organizada, mas tem sua lógica. Ele tem a ver com a geografia vivida. A geografia da qual falamos, geralmente nos reportando a lugares, ligações e áreas – o mapa recartografado possui tudo isso.

Em sua base, contém informações sobre a estrutura física do território dessa parte da cidade: informações viárias, a hidrografia, a planta urbana e coordenadas cartográficas. Sobre essa base foram colocadas as marcações e alguma demarcação. As marcações dizem respeito a lugares vividos, conhecidos, percorridos ou imaginados. As poucas demarcações também falam disso, porém elas quase fecham a possibilidade das marcações, lado a lado. Ocupam áreas.

O mapa, assim revelado, é ele mesmo revelador. Revela a relação que aqueles que marcaram ou demarcaram tiveram, têm ou sonham ter com o espaço. Ele fala dessas ligações. Por isso, por meio dele se inventa, cria-se a ideia de um outro território. Que território seria esse?

Como vimos antes, além da possibilidade de controlar as coisas pelo controle do espaço, o território diz respeito às formas com as quais nos associamos a ele. Por isso, o mapa revela os vínculos no território sul curitibano. Do modo como foi feito, ele é uma reinvenção desse espaço, à maneira de uma cartografia

crítica, elaborada com participação, com a autoria de um coletivo amplo, espalhado. Como esboçam Jeremy W. Crampton e John Krygier (2008, p. 89): “Mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”.

Quando o mapa produzido estava sendo recolhido da galeria para a sua conservação pelo Coletivo E/Ou, usuários do lugar indagaram sobre o motivo da sua retirada. O diálogo entre artistas e atores da marcação revelou ao mesmo tempo a compreensão sobre o projeto e o sentimento de que o mapa era querido, reivindicado e precisaria retornar, pois pertencia àquele lugar. A reivindicação da permanência – em coerência com o argumento de Hannah Arendt – se dava porque ele virara obra, consubstanciara-se na própria arte.

A marcação no mapa é, por sua ação, marcação no espaço. A marcação e a demarcação são os elos que ligam sujeito e espaço: expressam território, intenção de fazer território, de registrar a liga, de colocar no espaço o que há no pensamento e, dialeticamente, construir no pensamento o modo como o espaço se refaz.

Os significados do mapa são territorialidade e territorialização. Para Joël Bonnemaison (2001, p. 99): “A territorialidade se situa na junção [de] duas atitudes, ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade – dito de outra maneira, os itinerários e os lugares”. A territorialidade é o que está *gravado*, é a geografia realizada e concebida. A territorialização, e os seus correlatos “des” e “re” territorialização, não pode ser outra coisa que não a gravação, a geografia em realização. Territorialidade e territorialização têm suas falas, seus discursos, suas defesas, pois nenhum ato territorial é feito sem que se baseie na intenção do ator. Quando se denomina, quando se comunica ao outro sobre a marcação/demarcação, elabora-se o discurso, a escrita, o mapa.

A des-recartografia do sul de Curitiba revela o entrelaçamento territorialidade-territorialização do social coletivo, consubstanciado em obra. Retomando a ideia de Susanne Langer⁶, trata-se da tensão-espaço, da cartografia que se pretende fazer espaço. Ela fala de lugares particulares, registros de “onde eu moro”, “onde é meu lugar”, “por onde eu passo, me desloco”. Os percursos também falam de acelerações e trancamentos, falam da pressa urbana, como também da sua demora, da sua lentidão. De maneira similar, o mapa também demonstra a centralização e a dispersão do urbano, e o quanto é longe estar perto. Cartografias usuais não revelam cotidianos como essa revela.

6. LANGER, Susanne K. *Op. cit.*

Os lugares particulares registrados querem falar de *topofilias*, lugares de afeição, e às vezes de *topofobias*, lugares do medo (RELPH, 1979; TUAN, 1980). O mapa também revela expectativas, espaços imaginados, como o sonho sobreposto à área da refinaria, como desejo e ironia: é verde e imaginária, é verde-imaginária e ao mesmo tempo imaginada de verde-verdade. Fala também do lugar que não se quer, o lugar do rejeito, do perigo, como o lugar do Aterro Sanitário.

O mapa instiga a memória dos seus ocupantes. Fala das origens, de onde eles vêm, para onde são levados e do desejo de ficar em algum lugar. Explicita elos entre lugares, elos que não são físicos, são memoriais. Registra denominações,

nomes de lugares. Lugares de afeição, como o *Pequeno Espaço*, um lugar “espremido” entre a avenida, o muro da empresa e o céu de linhas de alta tensão. E, com tudo isso, é o lugar denominado com afeto.

Registra reivindicação. Que interessante: reivindicação cartografada, colada ao espaço. Também registra mensagens, coladas ao espaço. Registro de uso, cotidianos. E marca, também, apenas marcas, registros que não querem revelar, mas feitos para estarem ali, como criptografias, que apenas alguns sabem delas.

É uma cartografia de marcação dos sujeitos no espaço, geradora de memória espaço-temporal.

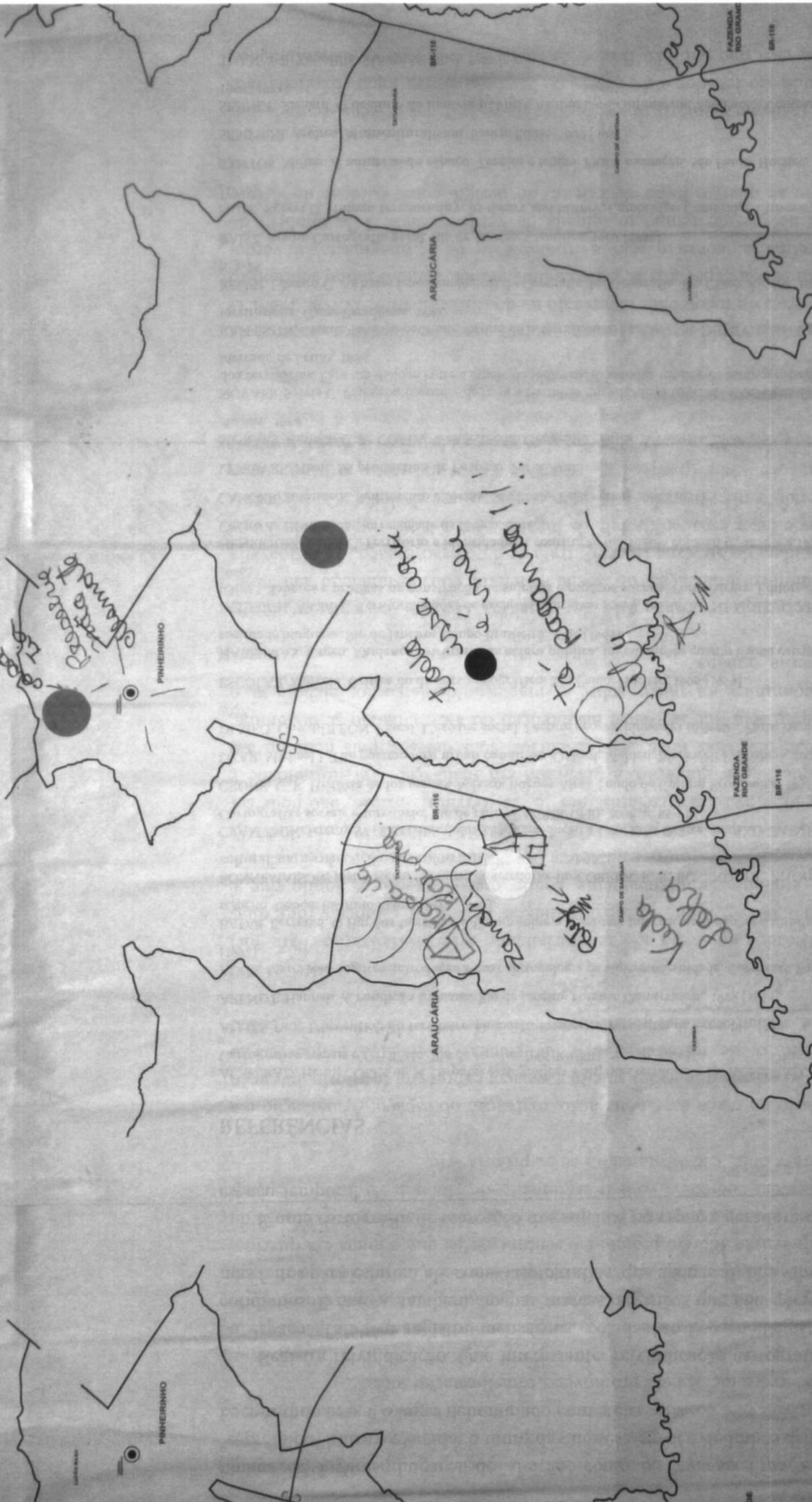
REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 13-43.
- ALLIÉS, Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1980.
- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 [1958].
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994 [1992].
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996 [1995].
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.
- CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à Geografia Crítica. In: AXELRAD, H. (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.
- CRONE, G. R. **História de los mapas**. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956 [1953].
- DEAR, Michael J. **The postmodern urban condition**. Oxford; Malden: Blackwell Publishers, 2000.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social**. Lecture géographique des societies. Paris: Armand Colin, 2007.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996 [1993].
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1961].
- HEIDRICH, Álvaro L. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- HENRIQUES, Isabel C. **Território e identidade**. A construção da Angola colonial (c. 1872 – c.1926). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- LANGER, Susanne K. **Sentimento e forma**. São Paulo: Perspectiva, 1980 [1953].
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000 [1985].
- MORAES, Antonio C. R.; COSTA, Wanderley M. **Geografia crítica**. A valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NOVAES, Sylvia C. Paisagem Bororo – de terra a território. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Orgs.). **Além dos territórios**. Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et al. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.
- RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. In: **Geografia**. Rio Claro: Ageteo, 1979, vol. 4, n° 7, p. 1-25.
- RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969 [1938].
- SACK, Robert D. **Human territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1986].
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: Edusc, 1999 [1997].
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1974].
- TUAN, Y-F. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980 [1975].

ADO

SEU TRAÇADO

SEU TRA



- 7) De onde você vem?
- 8) Para onde você vai?
- 9) Conte sua história, suas lembranças
- 10) Interaja!
- 11) Que espaço você ocupa no mundo?

RECARTÓGRAFOS
TCAS

- 1) Interfira neste mapa em branco
- 2) Localize suas trajetórias
- 3) Seus lugares de encontros coletivos
- 4) Trace suas linhas
- 5) Crie seus símbolos
- 6) Crie nomes para os lugares onde passa

- 7) De onde você vem?
- 8) Para onde você vai?
- 9) Conte sua história, suas lembranças
- 10) Interaja!
- 11) Que espaço você ocupa no mundo?

RECARTÓGRAFOS
TCAS

- 1) Interfira neste mapa em branco
- 2) Localize suas trajetórias
- 3) Seus lugares de encontros coletivos
- 4) Trace suas linhas
- 5) Crie seus símbolos
- 6) Crie nomes para os lugares onde passa

SEU TRAÇADO (RECARTÓGRAFOS)

Giordani Maia

O trabalho de intervenção artística em espaço público *Seu Traçado*, que se desdobrou durante o período de 25 de março a 19 de abril de 2010 em Curitiba (mais exatamente, no Terminal Rodoviário do Pinheirinho – região sul da cidade) junto com a proposta *Recartógrafos* (Coletivo E/Ou: Claudia Washington, Lúcio de Araújo e Newton Goto), teve como eixo norteador (além da proposta do próprio E/Ou, logicamente) a captação de elementos descartados nos mapas tradicionais, ou seja, representações simbólicas (escritas e gráficas, principalmente) de experiências subjetivas profundas e complexas da população local. Após alguns dias de pura deriva, transitando por alguns bairros e vilas da cidade (Pinheirinho, Tatuquara, Fazenda Rio Grande – citando alguns lugares principais que visitei junto ao E/Ou), a opção de ter o Terminal Rodoviário do Bairro do Pinheirinho como ponto central de minha estratégia de construção de *mapas* parece ter sido a mais acertada.¹ Por ser o maior terminal da cidade e um dos mais afastados do Centro (localiza-se na região sul, uma das mais populosas da cidade), nele transitam diariamente pessoas das mais diversas comunidades – local ideal para se estabelecer uma *base de trocas cartográficas* com a população. Lugar esse também utilizado pelo próprio E/Ou na primeira etapa do projeto (*Descartógrafos*, que ocorreu junto com o *Galerias Subterrâneas*² – também de autoria do coletivo).

1. Quando falo em *minha estratégia* quero me referir à proposta *Seu Traçado* inserida no contexto do *Recartógrafos* (E/Ou).

2. Realizado pelo Coletivo E/Ou em Curitiba, ano de 2008, *Descartógrafos* foi uma das nove propostas artísticas ocorridas dentro do projeto *Galerias Subterrâneas* (subsidiado pelo Edital Conexão Artes Visuais/Funarte e realizado pela entidade artística Epa!).

Seu Traçado parte da confecção de mapas parcialmente em branco, isto é, pontuados apenas pelos nomes de alguns bairros principais e pelo próprio terminal. O restante, em branco, se oferece a ser traçado por cada participante espontâneo. Sessenta e oito desses mapas foram colados ao longo de um dos trechos internos do terminal rodoviário (uma galeria subterrânea), formando um grande painel (tipo “azulejo”), reproduzindo a linguagem dos cartazes lambe-lambes colados em muros nas ruas. No contexto da proposta, os mapas transformaram-se em *lambe-lambes cartográficos*, segundo Newton Goto. Materiais gráficos, como canetinhas, adesivos e etiquetas coloridas, também foram oferecidos aos transeuntes a fim de que suas intervenções se tornassem mais ricas e criativas. Quanto às participações, foram as mais variadas e desenrolaram-se das formas mais díspares – no próprio processo de colagem dos mapas já começaram a acontecer. Descreverei aqui algumas intervenções

marcantes para mim³.

KOMBI DO CONSELHO TUTELAR

Logo que iniciamos as colagens dos mapas no terminal, dois meninos de rua (aparentando ter entre 11 e 13 anos, talvez menos) começaram a transitar pelo local, tocando pequenas cornetas (dessas que são distribuídas em festas infantis) e fazendo um barulho ensurdecedor. A intenção dos dois parecia ser nos intimidar, irritar ou chamar nossa atenção (ou as três coisas juntas). Não me recordo de quem começou a conversar com eles (Goto, Lúcio ou Claudia), mas, logo após, começaram a participar da proposta – aliás, se não me engano, foram os primeiros a interferir nos mapas. O elemento gráfico, símbolo ou marca, desenhado no mapa foi uma kombi do Conselho Tutelar acompanhada do seguinte texto (escrito de forma clara e correta por um dos garotos): “Rua da Cidadania Criança quer futuro Aqui é cidadania Conselho Tutelar FAS”. Também colaram uma folha de papel (afirmando ser um trabalho deles) junto ao painel de mapas, com a seguinte inscrição: “CGA – VIDA LOKA XXL”. Vale destacar que as duas crianças se tornaram nossas amigas, conversando alegremente conosco nas outras vezes em que aparecemos no terminal. Também as kombis apareceram em outros mapas.

MEMÓRIA E SAUDADE

Também no mesmo dia em que colávamos os mapas, uma jovem que transitava pelo terminal ficou curiosa e se aproximou para saber do que se tratava. Após esclarecermos a proposta, interferiu em um dos mapas; durante esse processo, relatou que num breve período de tempo havia se mudado três vezes e sentia muita saudade de um dos lugares onde morou. O traçado feito por ela foi o de suas mudanças (nomadismo não planejado) e das memórias dos lugares onde morou. Confessou ter ficado emocionada com as lembranças que vieram à tona ao demarcar seus traçados.

Num outro dia, quando eu estava só no terminal, uma senhora veio me perguntar o porquê dos mapas. Seu traçado também foi de memórias e saudades, marcando onde morava atualmente e o local onde morou um tempo atrás: “Quero voltar logo!”.

Em outros mapas, essa relação afetiva com o lugar (passado, presente e futuro) era marcante: “Eu venho daqui (Restaurante Carroça Velha), mas eu amo Araucária”; “Snif!! Snif!! Centro Cívico”; “Minha Quebrada”. Tais mensagens geralmente vinham acompanhadas de gráficos (ou desenhos) impregnados de percepções e sentimentos. Segundo Roberto DaMatta, a saudade é uma característica básica de nossa existência coletiva, uma construção cultural, uma categoria sociológica intensa e profunda⁴. Assim, tais elementos se apresentam estética e poeticamente vivos, pontuados e apreendidos na superfície dos mapas.

3. Faço aqui um breve relato de tais participações, porém tendo em mente a existência de questões significativas que merecem um melhor aprofundamento e pesquisa mais detalhada.

4. DAMATTA, Roberto. Antropologia da saudade. In: *Conto de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 17-34.

CONFIDENCIAL

Um rapaz nos confessa sua preferência sexual por pessoas do mesmo sexo. Coincidentemente, algumas das cartelas de adesivos que eu havia comprado eram de pequenas etiquetas azuis com a palavra “confidencial” em branco. Isso parece ter estimulado sua proposta de intervenção em um dos mapas e, talvez, sua confiança em nós. Assim foi sua marcação: *Rua – Cleveson* (com o adesivo Confidencial); *Casa da Vo⁵* (confidencial); *Casa dos meus amigos* (com um adesivo circular dourado); *Praça dos meus sonhos* (com um adesivo circular rosa).

5. Essa descrição segue fiel ao que foi escrito no mapa pelo rapaz, ou seja, “Cleveson” e “casa da vo”.

MARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Este enunciado está intimamente ligado às intervenções feitas nas ruas por pichadores e grafiteiros e, nesse sentido, ao território onde tais grupos circulam e habitam. No caso dos mapas afixados no terminal, tais intervenções foram constantes no sentido de demarcar, por meio de suas assinaturas, mensagens e símbolos, seu território de atuação na cidade e lugares de encontro. Nos mapas, através de grafismos, tais lugares se tornaram parcialmente visíveis pelo fato de serem mensagens difíceis de decifrar, a não ser para aqueles que dominam tais códigos. No entanto, vale destacar que o espaço parece ter sido utilizado como uma espécie de rede de encontro e articulação social de tais grupos (um circuito de pichação), com pontos coloridos que evidenciam organização espacial e social. Pela breve descrição, talvez fique claro que tais inscrições não eram feitas de forma aleatória – como no caso de um jovem que pichou *SKT*, indicando os lugares onde andava de *skate* e pichava.

CACHORRO MORTO NA BR

Em várias ocasiões, quando chegávamos ao terminal, detectamos desenhos (como uma *tag*) de dois cachorros e as frases: “Cachorro morto na BR” e “BR da Morte”; geralmente ao longo da marcação da BR 116 (visível no mapa). Algo cômico e trágico. Certo dia, pudemos identificar o autor. Tratava-se de um funcionário de uma empresa de ônibus (um trocador) que marcava no mapa os trechos de maior incidência de atropelamento de animais (principalmente cachorros). Após seu relato, o que era cômico foi substituído apenas pelo trágico; ver diariamente animais mortos na pista parecia ser algo que o perturbava e o que era traçado ali era um mapa da morte.

SÓ TRABALHO!!!

Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho. Todas as potências do globo estão coligadas em defesa desta dominação: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jörg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só têm uma palavra na boca: trabalho, trabalho, trabalho.⁶

6. Grupo Krisis. **Manifesto contra o trabalho** (fragmento). Disponível em: www.consciencia.org/krisis.shtml

Numa sociedade centrada na abstração irracional do trabalho, um terminal rodoviário como o do Pinheirinho é um portal onde diariamente circulam milhares de pessoas rumo às suas jornadas. No meio de tal turbilhão, quantos e quantos vendem horas de seu precioso tempo de vida na realização de atividades

maçantes, cansativas, alienantes e mal remuneradas? Tal imposição está longe de se transformar na *grande revolução lúdica* pregada por Bob Black, em que “lúdico” significaria criar um novo estilo de vida baseado na brincadeira, na festividade, na criatividade e no convívio coletivo: “Brincar é mais do que brincar como crianças, por mais que isso tenha seu valor. Eu clamo por uma aventura coletiva de alegria generalizada e exuberância livremente interdependente”⁷.

Enquanto isso não acontece (se é que algum dia acontecerá!) ficam em minha lembrança vários traçados de jornadas de trabalho, em especial a frase: “SÓ TRABALHO”. Traçada ao fim do dia (18 horas) por uma mulher de aparência cansada que, parada durante um bom tempo analisando os mapas, resolveu registrar sua via-crúcis de cada dia.

PEQUENA REFLEXÃO SOBRE MAPAS (CLAREZA E OPACIDADE)

Segundo Zygmunt Bauman:

[...] um aspecto decisivo do processo modernizador teria sido uma prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço. O que estava em jogo na principal batalha dessa guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo. Questão de clareza e administração do espaço social, dada a grande variedade de medidas locais baseadas em grupos e indivíduos: corpos, relações sociais, produtos e atividades.⁸

Para Bauman, mapear significa reorganização e administração do espaço. Aqui, *recartografar* (*Seu Traçado – Recartógrafos*) significa tornar visível outros elementos (ou vozes) que foram apagados, significa também criar certa *confusão* nessa escrita que se impõe como clara e objetiva⁹. A *confusão* instaurada na construção dos mapas (múltiplas participações) é um espaço polissêmico pontuado pela *diferença*¹⁰ cultural.

Por falar em clareza e objetividade, recordo-me de outra questão colocada por Bauman, que diz respeito ao surgimento da perspectiva científica no século XV (resultado dos esforços de Brunelleschi e Alberti). Segundo o autor, tal invenção não foi objeto de interesse apenas para a arte, também foi um passo significativo e ponto crucial no longo caminho para uma concepção moderna de espaço e os métodos modernos para implementá-la: medir o espaço objetivamente, ter clara noção do que está sendo medido e, em razão disso, ter *ideia de distância* (esta, na sua origem, se limitava à descrição de coisas próximas e longínquas): “A ideia de perspectiva está a meio caminho entre a visão de espaço firmemente assentada em realidades coletivas e individuais e seu posterior desenraizamento moderno”¹¹. O observador se coloca como ponto central de toda a perspectiva, todos os objetos que entram em seu campo de visão são medidos em termos de tamanho e distância; em função disso não importa mais quem são os observadores, o que conta é o fato de se colocarem num determinado e objetivo ponto de observação: “a concepção de perspectiva realizou um duplo feito, assim atrelando a natureza praxeomórfica da distância às necessidades da nova homogeneidade promovida pelo Estado Moderno”¹².

Se a objetividade do espaço despersonaliza uma interpretação subjetiva e pessoal, aqui a falta de objetividade resgata o indivíduo como protagonista, a

7. BLACK, Bob. **Groucho-Marxismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2006, p. 19.

8. BAUMAN, Zygmunt. Guerras espaciais: informe de carreira. In: **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 37.

9. *Clareza, centralidade, objetividade*: tais conceitos em muito se articulam a *logocentrismo*, termo cunhado pelo filósofo francês Jacques Derrida. Trata-se de uma crítica ao pensamento ocidental por seu privilégio à centralidade da palavra (*logos*), das ideias, dos sistemas de pensamento de forma a serem entendidos como matéria inalterável, fixados no tempo por qualquer *autoridade exterior* (discurso oral, entendido como fonte fidedigna de construção de sentido). As verdades que o *logocentrismo* ou *metafísica da presença* veiculam são sempre tomadas como definitivas e irrefreáveis.

10. Diferença não como distância, mas como ativação e conexão, no sentido postulado pelo crítico indiano Homi Bhabha. Ver: BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

11. *Op. Cit.*, p. 37.

12. *Op. Cit.*, p. 38.

13. Noção de *campo* no sentido *deleuziano* de mapa: “o mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de reconhecer modificações constantemente”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p. 22.

ambivalência semântica resultante possibilita o surgimento de um campo de enunciação. Assim, o espaço se desdobra horizontalmente e o deslocamento em seu contexto não se dá sem a sobreposição de temas, trocas, lugares e territórios. A noção de mapa então se desenrola como noção de *campo*¹³ – não é feito de unidades, mas de direções moventes que se conectam, pondo em jogo regimes de signos variados. Enfim, mapas dinâmicos, plásticos e interativos, construídos em tempo real por cada participante que viveu determinado momento da intervenção (e que passa a fazer parte deles). No contexto da participação, o mundo deixa (mesmo que por um breve momento) de ser algo fixo e preestabelecido, os lugares (ruas, caminhos, praças etc.) passam a ser enunciados por quem os batiza, os recria, ou seja, são moldados pelos diversos tipos de ações e negociações. Os mapas criados em *Seu Traçado* poderiam, então, se aproximar dos mapas situacionistas no sentido de que em ambos há o comportamento lúdico-construtivo de quem constrói.

Nesse contexto, os mapas propostos em *Seu Traçado* são de natureza arbitrária, pois: 1) *enquanto separam unem*; 2) *opõem e justapõem*; 3) *por estabelecerem um centro são descentrados*.

Separam e unem, pois, embora construídos pela participação individual de cada pessoa, tal participação é elemento de construção coletiva (são 68 mapas justapostos, em que a construção de cada um é elemento formador de um mapa mais amplo). *Opõem e justapõem* pelo fato de tal cartografia também ser formada por linhas de existência, gráficos e marcações que se cruzam e se comunicam (um e muitos). *Por estabelecerem um centro são descentrados*, já que partem de um local preestabelecido (Terminal Rodoviário do Bairro do Pinheirinho), mas estilhaçam-se no fluxo dos que transitam por ali; fragmentação-linha de fuga que significa possibilidades de *territorialidades*, *desterritorialidades* e *reterritorialidades*.

Sem menosprezar os pressupostos teóricos da Geografia e seu campo de estudos e pesquisa, acredito que se delineiam nos breves relatos descritos anteriormente categorias como, por exemplo, “lugar”, “paisagem” e “território” – que constituem intermediações entre as imagens traçadas nos mapas e o espaço real –, somadas à tentativa de interpretar tais relatos, aproximando-se assim da Antropologia. No entanto, por falta de base teórica mais aprofundada, prefiro não me aventurar a entrar por esse campo neste momento. Fixo-me, então, na arbitrariedade dos mapas construídos em *Seu Traçado* como elemento que se contrapõe à clareza dos mapas descritos por Bauman (*clareza e opacidade*). Com tais conceitos em mente, os mapas foram negociados por mim e o coletivo e/ou junto ao público. Se existe uma cartografia que trata de dados humanos, físicos, políticos, econômicos e culturais, buscamos propor uma cartografia dos indivíduos, numa dimensão poético-política (não que tal dimensão esteja separada das outras), construída por meio de *linhas de fuga*¹⁴, que ora podem ser traçadas, ora são mais difíceis de serem marcadas. Que se inscrevem como desconstrução daquilo que é dado como ordenado, centralizado ou esquadrinhado.

14. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*

3 de maio de 2010

PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA GALERIAS SUBTERRÂNEAS E OS DESCARTÓGRAFOS:

Intercâmbios entre Arte e Geografia, em Curitiba.

Tânia Bloomfield

INTRODUÇÃO

Para o historiador Giulio Carlo Argan (2005), a cidade deve ser vista como obra de arte. E, há muito, especialmente no início da modernidade, com o advento do Renascimento, as cidades, em parte se materializaram como produtos da concepção de artistas e arquitetos.

No entanto, o entendimento de Argan sobre a cidade como um produto artístico, levou em consideração, não a pressuposição de ter sido concebida por um criador-artista, como a cidade ideal – concepção esta que, na maior parte dos casos, revela os mitos por trás das fundações das cidades - e, sim, a ocorrência de modos de fazer, de sentir e de viver, que nela eclodem, oriundos da produção e da interação da totalidade de seus habitantes. Esta produção espacializada na cidade mistura temporalidades e espacialidades diversas que possibilitam o devir, o imprevisto, a imaginação, a poesia. Para ele, a arte é parte integrante da construção da cidade. As questões estéticas e as imagens em circulação na cidade, não são prerrogativas só dos planejadores, intelectuais e artistas.

Atividade tipicamente urbana [a arte], não apenas [é] inerente, mas constitutiva da cidade. O que a produz é a necessidade, para quem vive e opera no espaço, de representar para si de uma forma autêntica ou distorcida a situação espacial em que opera. São espaço urbano também os ambientes das casas particulares; e o retábulo do altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, até mesmo o vestuário e o ornamento com que as pessoas se movem, recitam a sua parte na dimensão cênica da cidade. Também são espaços urbanos, e não menos visual para ser mnemônico-imaginário, as extensões da influência da cidade além das suas muralhas: a zona rural de onde chegam as provisões ao mercado da praça e onde o camponês tem as suas vilas e as suas propriedades, os bosques onde vai caçar, o lago ou os rios onde vai pescar. O espaço figurativo, como demonstrou muito bem Francastel, não é feito apenas daquilo que se vê, mas de infinitas coisas

que se sabem e se lembram, de notícias. Até mesmo quando um pintor pinta uma paisagem natural, pinta na realidade um espaço complementar do próprio espaço urbano. (ARGAN, 2005, p. 2-3).

Portanto, para Argan, arte e espaço urbano são elementos indissociáveis na modernidade, e são construídos, articuladamente, pelo “habitar poético” (HEIDEGGER, 2008, p. 165-181), de todos os habitantes. Este modo de construção e de se viver das/nas cidades, da qual a arte é parte constitutiva, extrapola suas fronteiras físicas e ideais, abarcando espaços não-urbanos.

Separando a arquitetura do conjunto das belas-artes, Argan afirmou que ela tem um papel fundamental no contexto urbano, uma vez que é representativa de tudo o que a cidade carrega em si, de coisas materiais e imateriais. Ao contemplar-se os exemplares arquitetônicos de uma cidade, pode-se interpretar o que nela habita, pois “na cidade, todos os edifícios, sem exclusão de nenhum, são representativos e, com frequência, representam as malformações, as contradições, as vergonhas da comunidade”. (ARGAN, *op. cit.*, p. 244). Por meio da arquitetura, pode-se vislumbrar as estruturas de dominação e ordenação de uma sociedade e também uma compilação de um determinado imaginário; pode-se ler um *zeitgeist*, um espírito do tempo.

Dentro do sistema cultural urbano, a arquitetura tem uma finalidade disciplinar complexa e não muito diferente da figura da língua: é uma disciplina autônoma, mas, ao mesmo tempo, constitutiva e expressiva de todo o sistema. Também por essa razão, querendo-se dar da arquitetura uma definição coerente com as coisas que faz e de que se ocupa, é preciso dizer que ela forma um só todo com a cidade, de modo que tudo o que não funciona na cidade reflete, em última análise, os defeitos da cultura arquitetônica ou revela sua incapacidade de preencher suas funções institucionais. Sem falar, além disso, dos arquitetos que, colocando-se a serviço da especulação, traem a ética não apenas da disciplina, mas também da profissão. (ARGAN, *op. cit.*, *loc. cit.*)

Ao urbanismo, que deveria ter a função primordial de fazer a cidade sobreviver às suas próprias contradições, Argan formulou a seguinte reflexão nos idos de 1970, que parece ainda prevalecer:

Como disciplina que visa interpretar, estabelecer,

reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais do seu objeto, dir-se-ia até que aspira a destruí-lo. Ora propõe descentralizar, desarticular, desmembrar a cidade, transformando-a em uma inflorescência ou em uma constelação de pequenos aglomerados sociais, coordenados, mas auto-suficientes, nenhum dos quais, entretanto, teria a estrutura, o caráter, a configuração da cidade; ora, num movimento apenas aparentemente contraditório, demonstra que o progresso tecnológico das comunicações permitirá chegar, no decorrer de alguns anos e de algumas décadas, a cidade de trinta, cinquenta milhões de habitantes. Essas duas perspectivas, naturalmente, têm por alvo enquadrar o mesmo fenômeno – a cidade – na civilização industrial; mas, na realidade, demonstram apenas que, no estado atual das coisas, a civilização industrial colocou em crise a concepção tradicional da cidade, mas ainda não conseguiu substituí-la por sua própria concepção. (ARGAN, *op. cit.*, p. 225).

Hoje, o tão discutido processo de gentrificação¹ teve, na reforma da Paris do final do século XIX, do barão Von Haussmann, um exemplo emblemático. O ideário e a estética da cidade, expostos pela reforma de Haussmann, serviram de balizadores para os projetos urbanísticos e arquitetônicos dos modernistas, e seus efeitos podem ser sentidos, até hoje, em metrópoles como, por exemplo, Brasília, Curitiba, Barcelona, Lisboa e Berlim.

Muitas vezes, entendido como salvador das mazelas sociais ou como a ciência que trataria a cura das doenças urbanas - analogamente a um corpo que padece e necessita de intervenção cirúrgica ou medicação - o urbanismo agregou os mais diversos modelos e técnicas de ordenação e composição das formas e conteúdos urbanos, e esteve associado a diferentes posicionamentos políticos e ideológicos, desde que Haussmann esteve imbuído de sua hercúlea tarefa.

O urbanista às vezes pensa que trata e cura uma sociedade doente, um espaço patológico. Para ele, existem doenças do espaço, primeiro concebido abstratamente como um vazio disponível, depois fragmentado em conteúdos espaciais. Ele acaba por tornar-se um sujeito. Ele sofre, padece. É preciso ocupar-se dele para lhe restituir a saúde (moral). Ao final da ilusão urbanística, há um delírio. O espaço e o pensamento do espaço arrastam o pensador para um caminho fatal. Ele se torna esquizofrênico e imagina uma doença mental – uma esquizofrenia da sociedade - sobre a qual projeta seu próprio mal, o mal do espaço, a vertigem mental. (LEFEBVRE, 1999, p. 144).

No afã de tentarem engendrar novas ordens sociais, ainda que vistos a partir de suas faces mais radicalmente utópicas, por meio das intervenções técnicas e estéticas, os conceitos urbanísticos, no mais das vezes, conseguiram reforçar determinadas lógicas e estratégias dominantes e sufocaram práticas sociais de parte dos habitantes das cidades, substituindo o uso pelo valor de troca dos espaços.

Enquanto representação, o urbanismo não passa de uma ideologia que se considera e se proclama “arte”, “técnica”, “ciência”, conforme os casos e as conjunturas. Essa ideologia acredita ser e se proclama clara; ela encerra o dissimulado, o não dito: o que ela encobre, o que contém, enquanto vontade tendendo para a eficácia. O urbanismo implica um duplo fetichismo. Em primeiro lugar, o fetichismo da satisfação. Os interessados? É preciso satisfazê-los, portanto conhecer as suas necessidades e responder a elas, tais como são. Às vezes é preciso permitir-lhes adaptarem-se modificando suas necessidades. Hipótese implícita: pode-se conhecer tais necessidades, quer porque os interessados as declaram, quer porque os especialistas as estudam. Podemos classificá-las. Para cada necessidade, fornecer-se-á um objeto. Hipótese de início falsa, especialmente, porque negligencia as necessidades sociais. Em segundo lugar, o fetichismo do espaço. O espaço é criação. Quem cria espaço cria o que preenche. O lugar suscita a coisa e o lugar certo para a coisa certa. Daí uma ambigüidade, um mal-entendido, uma oscilação singular. (LEFEBVRE, *op. cit.*, p. 145-146).

Cotidianamente, moradores e agentes - às vezes em confronto, às vezes em consenso - participam no complexo jogo das ações e das imagens *das e nas* cidades: administradores, gestores, planejadores urbanos, profissionais de comunicação, acadêmicos, vendedores de todo tipo, artistas, enfim, os cidadãos que a vivenciam ou o público em geral. Neste *mosaico espaço-temporal* que é a cidade, qual é o papel do artista, especialmente daquele que se propõem a intervir no espaço urbano? Em que medida suas intervenções urbanas se somam ao habitar poético dos outros habitantes? Em que ele contribui para o devir, para o acaso, para as relações entendidas dentro de uma *política de conectividade*? Como a sua corporalidade e a materialidade do seu trabalho mobilizam o que não é da ordem do visível?

COMO O ESPAÇO É PRODUZIDO?

Em uma análise original sobre como se dá a produção do espaço, Henri Lefebvre (1991), propôs

uma dialética, em que a cidade real e a ideal estão em permanente intercâmbio e atrito. Constituídas por uma existência material e, concomitantemente, outra que é da esfera das relações sociais e das representações, as cidades são cenários em que o espaço urbano é matriz e, ao mesmo tempo, é construído, marcado, transformado pelas relações socioculturais, entre os diferentes agentes que nelas convivem ou que por elas passam.

Um dos tripés de sua proposição assenta-se na formulação do que chamou de *Prática Espacial* ou o que se configura como *espaço percebido*. Nesta esfera, a materialidade do espaço é manifestada, se articula e se produz com as ações e as percepções dos indivíduos. Carrega, em si, a temporalidade das subjetividades e de processos. (LEFEBVRE, 1991, p. 38).

Outro apoio do tripé de sua teoria espacial trata das *Representações do Espaço*, também entendido como *espaço concebido*. Aqui, Lefebvre se refere, especialmente, ao universo reificado, ou seja, o das instituições. É nesta esfera que são engendradas as determinações de agentes, tais como administradores, gestores, planejadores urbanos, urbanistas, arquitetos, profissionais de comunicação, cientistas, advogados, médicos, acadêmicos, comerciantes, entre outros. Esses impõem suas representações e ideologias às vivências da sociedade. Na maior parte da cidade, é este espaço que domina visivelmente as paisagens. (LEFEBVRE, *op. cit.*, *loc. cit.*).

Por último, o autor considera os *Espaços de Representação*, os chamados *espaços vividos*. Os cidadãos, artistas, entre outros membros da sociedade, a partir de suas apropriações, imaginações, representações e vivência, dão às cidades uma dimensão simbólica-utópica, mas também vivencial, que busca se afastar das imposições do espaço concebido pelo jogo de poder. (LEFEBVRE, *op. cit.*, p. 39).

Os embates, os conflitos, as contradições e os consensos no jogo realizado por essas três esferas de produção do espaço, serão mais bem equacionados pela *Revolução Urbana* (1999), tese desenvolvida por Lefebvre. Essa revolução acontecerá, quando a sociedade industrial der lugar à sociedade urbana. Isto não significará que a sociedade industrial se extinguirá. Quando chegar este momento, o “habitar

poético” terá pleno espaço para ser realizado pelos que habitam as cidades. No ponto em que se está, esta sociedade urbana ainda não se realizou.

Em tal espaço, as identidades são relacionais e não essências fechadas em si mesmas. Ao invés de serem compreendidas desta maneira, se deveria lutar para se estabelecer a ideia de que estes tipos de identidades atraem consigo, a ideia de política de conectividade estabelecida.

Segundo a geógrafa Doreen Massey, em seu livro *Pelo Espaço* (2008), há um erro em se supor o lugar como um “já-construído”, como uma positividade, aquilo que carrega, em si, significado, separado do espaço, supostamente negativo e sem significado para aquele que o vive. A insistência em se afirmar o lugar desta maneira, leva, em última análise, aos sectarismos, às segregações, aos genocídios, às xenofobias. Lugar e espaço são construídos relacionamente. Massey foi mais clara: “Meu argumento não é o de que lugar não seja concreto, estabelecido, real, vivido, etc. É que o espaço também o é”. (MASSEY, 2008, p. 261).

Em sua argumentação, pressupôs três grandes orientações para se pensar o espaço: como um produto de inter-relações, de interações, do macro ao micro; como existência da multiplicidade, da pluralidade contemporânea, da coexistência da heterogeneidade; como algo que está sempre em construção. Assim, poderia deduzir-se que pareceu propor um aparente paradoxo, o das imanências transitórias. Mas, “para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo”. (MASSEY, *op. cit.*, p. 32). No presente, manifestam-se no adensado espaço-tempo, o que a autora chamou de *estórias-até-agora*.

A produção do espaço pode ser entendida, então, como um processo em que o universo reificado, ou o das instituições, impacta os indivíduos com as suas coerções - para terem êxito em suas investidas por ordenação do espaço social, por mais lucro, por poder material ou poder simbólico - mas que nos desdobramentos da modernidade, esse universo também se vê obrigado a ir a busca do desvelamento da imaginação, dos desejos e das representações dos cidadãos/consumidores, dos espaços vividos, que não absorvem e reproduzem de forma passiva as imposições do universo reificado.

Entre os diferentes agentes que entram em

disputas simbólicas nas cidades e que lançam mão de táticas de apropriação da cidade, encontram-se os artistas. Agentes de intermediação entre o espaço concebido, percebido e o vivido, eles tentam articular práticas e discursos, recortando e potencializando determinadas representações sobre as cidades. Em suas intervenções, entrelaçam as dimensões tempo e espaço, agenciando práticas socioculturais, a memória individual e coletiva, a consciência e a percepção.

UM PROJETO DE DESCARTOGRAFIAS, EM CURITIBA.

A adoção de uma abordagem semiótica, que dê conta da multiplicidade dos fenômenos urbanos e dos agenciamentos em interação, que faça emergir o sentido local dos enunciados e das enunciações, em que não sejam evocadas imagens de estruturas assépticas e sem o dinamismo da vida, requer uma combinatória de elementos que ultrapasse a relação significante/significado e concepções equivocadas de tempo e espaço, próprias de algumas análises. Há, entre o nível da expressão e o nível dos conteúdos, uma impossibilidade de dissociação, porque as significações só poderão ser apreendidas, consideradas as condições específicas de interação e de construção dos sentidos. Assim, para Deleuze e Guattari (1995), não é possível aceitar uma teoria semiótica que não abarque a esfera pragmática.

Segundo esses autores, o *agenciamento* é a partícula mínima existente a ser considerada, na semiótica que propõem. Ele possui uma tetralvência, constituída por dois eixos: um horizontal e outro vertical.

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, *picos de desterritorialização* que o arrebatam. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 29).

A aceitação e a compreensão destes pressupostos traz implicações importantes, na compreensão dos

processos semióticos entre elementos dispostos relacionalmente no espaço-tempo.

O agenciamento deve ser compreendido por meio das *linhas de fuga* que ele gera, quando se tenta observar corpos, ações, eventos e representações em interação, em um dado tempo, em um dado espaço, mas que só podem ser mapeados precária ou transitoriamente, pelas condições intrínsecas dessas inter-relações. Os aspectos imateriais implicados nas relações, invisíveis ou impalpáveis, mas reais, os *incorporais* (CAUQUELIN, 2008), devem ser vistos como atributos dos corpos, a eles ligados, inextricavelmente. As coordenadas envolvidas neste adensado, espaço e tempo, melhor dizendo, espaço-tempo, não devem ser entendidas como *a priori*, mas aspectos constitutivos, indissociavelmente, destes centros de convergência que são os agenciamentos. Entendidos desta maneira, os agenciamentos não constroem uma teleologia, uma linha evolutiva ou sucessória de fatos, e, frontalmente, opõem-se a esta concepção de História.

O real, constituído por tais relações semióticas, se revela à semelhança de um *mosaico fluido*, em que tudo é condicionado pelo encontro, pela fragmentação, pelas disposições momentâneas, pela interação, pelo transitório, pelo relacional.

As semióticas dependem de agenciamentos, que fazem com que determinado povo, determinado momento ou determinada língua, mas também determinado estilo, determinado modo, determinada patologia, determinado evento minúsculo em uma situação restrita possam assegurar a predominância de uma ou de outra. Tentamos construir mapas de regimes de signos: podemos mudá-los de posição, reter algumas de suas coordenadas, algumas de suas dimensões, e, dependendo do caso, teremos uma formação social, um delírio patológico, um acontecimento histórico...etc. (DELEUZE; GUATTARI, *op. cit.*, p. 71).

Uma abordagem semiótica que se coadune com a imagem da cidade contemporânea à semelhança de um mosaico fluido, necessita resignar-se ao fato de que os possíveis mapeamentos decorrentes da captura dos agenciamentos, na esfera da reflexão teórica, são transitórios, parciais e certamente deixarão aspectos relacionais da coexistência contemporânea dos agenciamentos fora de suas fronteiras, porque, segundo Doreen Massey, o acaso e o devir não são mapeáveis, pelo menos não, nos mapas comuns.

Cartografias situacionistas, desconstruções mais recentes tentam pensar em termos rizomáticos, todas lutando para abrir completamente a ordem do mapa. Deleuze e Guattari, em combate contra as pretensões, tanto da representação quanto do auto-fechamento, distinguem entre um traçado (uma tentativa para os dois) e o “mapa” que “é inteiramente orientado para uma experimentação em contato com o real...Ele próprio é parte do rizoma” (1987, p. 12). Mas dentro do entendimento dominante de espaço do mapa “comum” no Ocidente, hoje, o pressuposto é, precisamente, de que não há espaço para surpresas. Exatamente como quando o espaço é compreendido *como* uma representação (fechada/estável) (a “espacialização” através da qual “surpresas são evitadas”, De Certeau, 1984, p. 89); assim, nessa representação *de* espaço nunca perdemos o caminho, não somos, jamais, surpreendidos por um encontro com o inesperado, nunca enfrentamos o desconhecido (como quando o corajoso Cortés e todos os seus homens, segundo Keats, lançaram um perturbado olhar de suspeição sobre o Pacífico). Em sua discussão sobre o *Atlas* de Mercator (1636), José Rabasa salienta que, apesar de “regiões correspondendo à terra incógnita possam não ter contornos precisos”, elas são, contudo, apresentadas nesse livro de mapas dentro de uma moldura já compreendida (neste caso, na leitura de Rabasa, um complexo palimpsesto de alegorias): “O *Atlas*, assim, constitui um mundo em que todas as ‘surpresas’ possíveis foram pré-codificadas” (1993, p. 194). Não percebemos as rupturas do espaço, o encontro com a diferença. No mapa rodoviário não dirigimos fora dos limites do mundo conhecido. No espaço, como eu quero imaginá-lo, poderíamos. (MASSEY, 2008, p. 165).

O encontro com a diferença, com o acaso, com as surpresas do cotidiano e dos lugares, com diferentes territorialidades, com a construção e a desconstrução de determinadas representações, foi o que pretendeu o coletivo de artistas visuais, *E/Ou*, de Curitiba, com a intervenção *Descartógrafos*, no maior terminal de transporte público, Pinheirinho, situado na zona sul, a mais populosa da cidade.

O projeto *Galerias Subterrâneas*, concebido pelo artista visual paranaense Newton Rocha Filho, o *Goto*, integrante do coletivo de artistas visuais *E/Ou*, foi um dos trinta e seis projetos selecionados no edital público nacional *Conexão Artes Visuais*, concebido e patrocinado pelo Ministério da Cultura - MINC, pela Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, e pela Petrobrás, em 2008. As propostas de intervenções urbanas dos artistas que integraram o projeto *Galerias Subterrâneas* foram distribuídas em seis, dos vinte e um terminais de ônibus existentes na cidade. Essas intervenções tiveram lugar nesses seis

terminais, por sua especial configuração arquitetônica: contêm galerias subterrâneas, que facilitam a passagem dos usuários dos ônibus da rede integrada de transporte público de Curitiba, de uma plataforma à outra, existentes no mesmo terminal. Esses terminais encontram-se instalados nos eixos estruturais do Sistema Trinário da cidade, que cruzam o centro e ligam bairros no sentido norte-sul, leste-oeste e, ainda, mais um, que passa por uma importante área de intenso fluxo da cidade, a avenida Marechal Floriano Peixoto. (IPPUC, 2005). (MAPA 1).

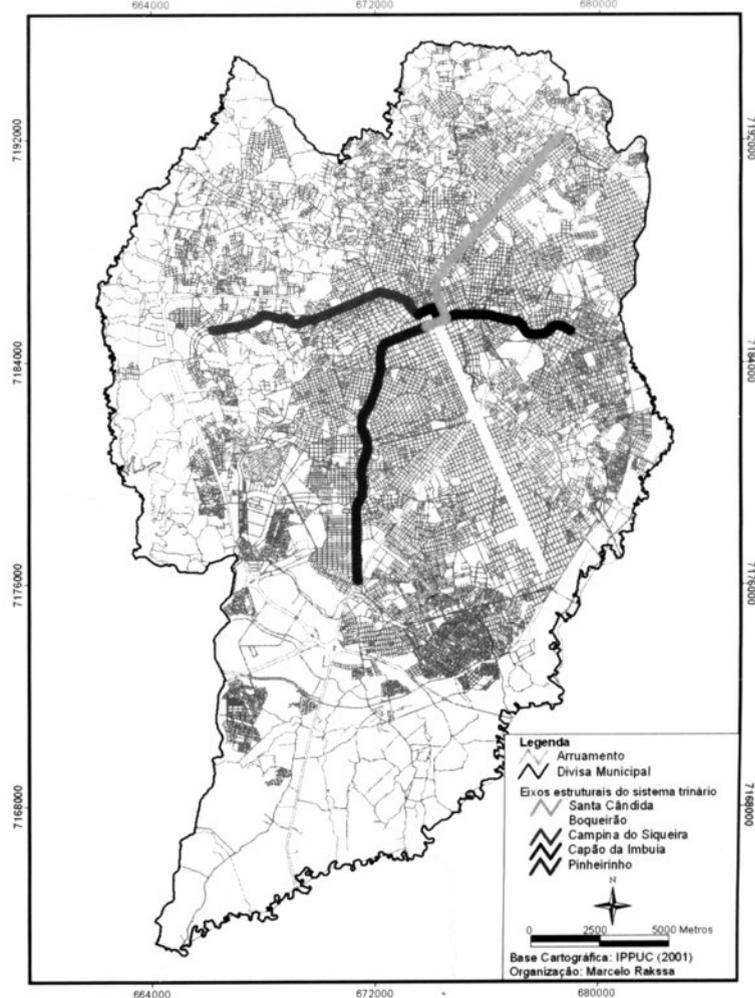
Na expressão que dá nome ao projeto, *Galerias Subterrâneas*, há um trocadilho que cria uma relação entre as galerias dos terminais de ônibus e outros tipos de galerias, especialmente, as de arte, em que predomina a atividade mercantil.

Pensando nesse ambiente relacional, na importância dessas galerias dentro da logística de transporte da cidade, no grande trânsito humano que acolhem, e em suas características espaciais específicas, considerou-se também como

estratégico situar esses lugares como locais de intervenção artística: espaços experimentais de diálogo entre arte, arquitetura e transeuntes. As galerias subterrâneas foram assim nominadas como instigamento aos artistas. O lugar da passagem como o lugar do encontro: com o inusitado, a experiência sensorial e espacial, o olhar crítico, a memória coletiva, o código compartilhado, a descoberta no cotidiano. Os convidados para esse experimento foram artistas e coletivos de artistas com trajetórias diferenciadas, oriundos de distintas geografias, e com um lastro histórico comum associado à intervenção urbana: Rubens Mano (SP), BijaRi (SP), Alexandre Vogler (RJ), Marssares (RJ), Lourival Cuquinha (PE), InterluxArteLivre (PR) e E/Ou (PR). (CONEXÃO ARTES VISUAIS, 2008, p. 2).

Dentre as intervenções integrantes do projeto *Galerias Subterrâneas*, o foco deste artigo recai na intervenção *Descartógrafos*, do coletivo de artistas visuais E/Ou, integrado pelos artistas Goto, Claudia Washington e Lúcio de Araújo, realizada no terminal Pinheirinho. Assim como as outras intervenções do projeto *Galeria Subterrâneas*, esta proposta deveria ser de natureza efêmera, em que a permanência dos

Eixos estruturais do sistema trinário da cidade de Curitiba



Mapa 1 – O Sistema Trinário de Curitiba é constituído por pistas centrais de ônibus, conhecidas como canaletas, ladeadas por duas pistas de tráfego lento, e, ainda, por mais duas pistas exteriores, conhecidas como vias rápidas.

Fonte do mapa: IPPUC, 2001. Organizado por Marcelo Rakssa.

trabalhos no espaço público da galeria subterrânea do terminal de ônibus deveria ter o limite temporal de um mês, de maio a junho de 2008. Alguns trabalhos, nos terminais, ultrapassaram um pouco este período, ficando em exposição até o mês de julho do mesmo ano. (FIGURA 1).

Uma parte da intervenção *Descartógrafos* consistiu - como proposta de agenciamento de representações, de discursos, das práticas socioculturais, do imaginário, entre os artistas, os usuários de transporte coletivo e os equipamentos

arquitetônicos/urbanísticos do espaço concebido -, em uma *descartografia*, em que um grande mapa oficial da região de abrangência do Terminal Pinheirinho serviu de base para as inserções, modificações e novas codificações que os participantes quiseram expressar, acerca dos lugares em que passam, trabalham ou moram. Para a criação e expressão de seus signos no grande mapa, os usuários do terminal se valeram de marcadores indelévels, de adesivos, entre outros. (FIGURA 2).

Outra parte da proposta dos artistas do E/Ou

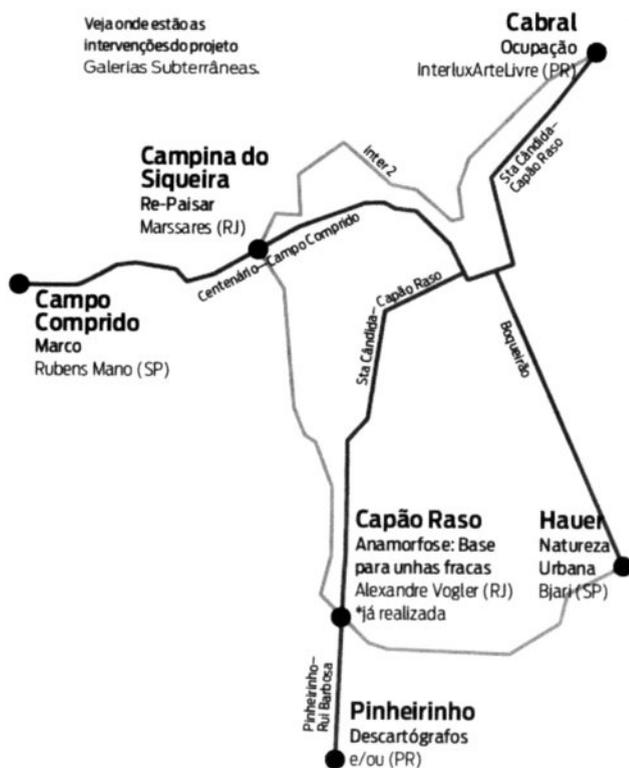


Figura 1 – Distribuição das intervenções urbanas do projeto Galerias Subterrâneas, nos terminais de transporte público de Curitiba, ao longo dos eixos estruturais do Sistema Trinário, em 2008. Os traços em cinza e em vermelho representam parte das diferentes linhas de ônibus do sistema de transporte público.

Fonte da figura 1: DEL VECCHIO, 2008.

Figura 2 – Descatografias tem como base um recorte de um mapa oficial da região de abrangência do Terminal Pinheirinho, que recebeu marcas dos frequentadores da galeria subterrânea do terminal, de maio a julho de 2008. À direita, detalhe das interferências dos usuários do terminal, no grande mapa.

Fonte da figura 2: acervo de Tânia Bloomfield.



consistiu em registrar - a partir de entrevistas, à semelhança das pesquisas de Etnometodologia (COULON, 1995), e das representações gráficas do espaço vivido dos frequentadores do terminal de ônibus, consoantes, em alguns aspectos, com a metodologia dos Mapas Mentais (KOZEL, 2007) -, o imaginário dos transeuntes da galeria, acerca de seus itinerários de casa para o trabalho e vice-versa, de seus locais de moradia e de suas impressões sobre a cartografia oficial da região que frequentam.

Durante as entrevistas, os artistas solicitaram às pessoas que registrassem suas representações, por meio de desenhos ou textos escritos sobre papel. De posse deste material, que foi posteriormente digitalizado, os artistas geraram grandes *plotagens*, que chamaram de *Memórias de Caminhos para Casa* e *Mapa Subjetivo de Caminhos para a Casa*. Essas grandes *plotagens* apresentaram uma sobreposição dos vários registros gráficos das pessoas abordadas, para mostrar a multiplicidade de representações e territorialidades, existentes em uma mesma região da cidade. (FIGURA 3).

Numa cidade marcada pelo urbanismo, a cartografia torna-se instrumento importante. Curitiba tem muitos mapas. Nossa proposta foi reinventar mapas da região de abrangência do Terminal Pinheirinho - Zona Sul da cidade e áreas dos municípios limítrofes. O terminal é o

maior da cidade, numa das áreas mais populosas e afastadas do centro. Esses novos mapas, descartografias e recartografias, foram realizados a partir das memórias e desejos dos usuários do próprio terminal. Foram duas as estratégias descartográficas: uma desconstrutiva e outra construtiva, ambas recodificantes. Na Descartografia, as pessoas foram convidadas a intervir num mapa dado - uma versão oficial adaptada aos limites geográficos de nossa investigação. As localidades representadas no mapa passaram a agregar diferentes nomenclaturas, foram apagadas E/Ou redesenhadas, surgiram novas convenções existenciais a partir do território vivido e desejado. No Memórias de caminhos para casa um registro gráfico foi construído a partir do acúmulo das lembranças dos indivíduos, em desenhos de trajetos percorridos e em palavras que traduziam a experiência cotidiana desses percursos. (CONEXÕES ARTES VISUAIS, 2008, p. 13).

Ainda que tenham criado cartografias não-oficiais, os participantes da intervenção *Descartógrafos* mostraram que, em algum grau, estavam familiarizados com convenções técnicas do espaço concebido. Muitos utilizaram símbolos e senso de medida adequados à escala utilizada no mapa oficial da região circundante ao Terminal Pinheirinho. Valendo-se desses registros, expressaram seus desejos, suas idiossincrasias, suas frustrações e reivindicações políticas, acerca dos lugares em que vivem.

Figura 3 - *Memórias de Caminhos para Casa* e *Mapa Subjetivo de Caminhos para Casa*, instalados pelo coletivo de artistas E/Ou, na galeria subterrânea do terminal de transporte público Pinheirinho, em maio de 2008, próxima à seção em que há lojas de comércio. Na foto menor, um detalhe do contexto em que os mapas foram instalados, na parede oposta ao grande mapa das Descartografias.

Fonte da figura 3: acervo de Tânia Bloomfield.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mobilizarem as representações dos usuários do Terminal do Pinheirinho, em Curitiba, os artistas do coletivo E/Ou, com a intervenção *Descartógrafos*, colocaram em relevo as convergências e os conflitos entre os espaços percebidos, concebidos e vividos, diferentes discursos e práticas, criando uma especial interface entre os campos da Geografia e da Arte.

A cidade pode ser entendida como obra de arte, ao se perceber o embricamento de fatores estéticos, éticos, culturais, sociais, políticos e econômicos que a constituem. Desde as acuradas percepções sobre o fenômeno urbano e a multidão, de Baudelaire, Simmel e Walter Benjamin, no final do século XIX e começo do século XX, o espaço urbano tem sido o lugar de contradições, sectarismos, desigualdades, injustiças, mas, também, de encontros na multiplicidade, de convergências, de consensos e de esperanças utópicas.

Portanto, a cidade não se reduz às determinações de grupos dominantes. Ela é vivida, de forma heterogênea, por indivíduos e grupos que estão, constantemente, apresentando táticas criativas para cravarem no coração do universo reificado, suas formas de apropriação dos espaços concebidos, seus desvirtuamentos, suas resistências, seus ativismos e suas novas formas de agrupamento sociocultural, de modo a produzirem o espaço e novas representações sociais.

Os corpos atravessados pelos agenciamentos coletivos carregam, em si próprios, a interpenetração espaço-tempo. Contingentes de “eus insaciáveis de não-eus”, se esbarram, se relacionam, se identificam, se reconhecem, se estranham, se aniquilam. Essas relações dos componentes dos “eus”, dos elementos que são comuns e daquilo que estabelece as diferenças, especialmente o papel que joga a memória, acabam por se manifestar nas ruas, nos comportamentos, nos códigos compartilhados, nos automatismos, nos encontros, nos espaços de segregação, nos percursos e fluxos, no visível e no invisível.

A racionalidade implicada nos agenciamentos não pode admitir uma história já determinada por forças de qualquer ordem, mas uma história que se faz na inter-relação. Esta é a racionalidade implicada na sociedade urbana lefebvriana.

As cidades fazem-se, descontroem-se ou reconfiguram-se, dependendo da abordagem que se tomar, ao se olhar para elas, em cada grupo social. Na contemporaneidade, entre outras coisas, são as imagens que articulam práticas e discursos individualizados, mas que implicam a coletividade, manifestadas no espaço urbano. A problemática está em se reconhecer que muitas imagens não são produzidas a partir de referentes reais, mas são fontes que formam o meio no qual a concretude e a virtualidade das cidades são objetivadas, e que, por sua vez, geram novas materialidades e virtualidades.

NOTAS

1. Gentrificação, do inglês *gentrification* – *gentry* quer dizer pertencente à alta sociedade - é o processo pelo qual espaços urbanos são reestruturados, de acordo com a lógica do capitalismo. Estes espaços ganham uma nova face, em que há um “enobrecimento urbano”, o que beneficia as elites e está no centro dos interesses econômicos e políticos especulativos sobre o território. Acarreta, frequentemente, a expulsão de parcelas menos favorecidas da população, de seus lugares de origem, dos centros das cidades, em geral, para as periferias. Este processo também pode ser entendido como uma espécie de “higienização social” da cidade. (ARANTES, 2002, p. 31).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia; VAINES, Carlos; MARICAT, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consenso**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. **Freqüentar os incorporais: contribuição a uma teoria da arte contemporânea**. São Paulo: Martins, 2008.
- CONEXÃO ARTES VISUAIS, MINC, FUNARTE, PETROBRÁS. **Galerias Subterrâneas**. Curitiba, 2008. Catálogo.
- COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DEL VECCHIO, Annalice. **Galerias de arte subterrâneas**. Disponível em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/cadernog/conteudo.phtml?id=771304>, acesso em 01 junho 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. 1ª. Edição, 5ª. Reimpressão: 2008. São Paulo: Editora 34, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis, RJ.: Vozes; Bragança Paulista, SP.: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- IPPUC. **Base Cartográfica**. Curitiba, PR, 2001.
- IPPUC. **Documento-síntese das atividades do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, na comemoração dos 40 anos de sua fundação**. Trabalho apresentado na exposição “Ippuc 40 Anos: uma história de planejamento urbano”, Memorial de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2005.
- KOZEL, Salette. Mapas Mentais, uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto. (orgs.) **Da Percepção e Cognição à Representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanística**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007. 243 p. 114-138.
- LEFÉBVRE, Henri. **The production of Space**. Oxford : Blackwell, 1991.
- LEFÉBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

REALIZAÇÃO



Parceria



REALIZAÇÃO DO PROJETO



APOIO

